

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**

KEOMA ROBERTA ALVES MELO

PRECARIZAÇÃO 4.0: subjetividade, vulnerabilidade e trabalho na Era Digital

**São Cristóvão - SE
2024**

KEOMA ROBERTA ALVES MELO

PRECARIZAÇÃO 4.0: subjetividade, vulnerabilidade e trabalho na era digital

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Psicologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS), como requisito para obtenção do título de bacharel.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Leomir Cardoso Hilário

**São Cristóvão - SE
2024**

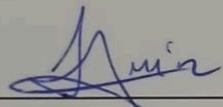


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
COLEGIADO DE PSICOLOGIA

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

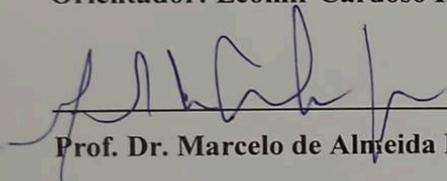
No mês de abril de 2024, realizou-se a defesa da monografia da aluna **Keoma Roberta Alves Melo**, com o título: **PRECARIZAÇÃO 4.0: subjetividade, vulnerabilidade e trabalho na Era Digital**.

BANCA EXAMINADORA



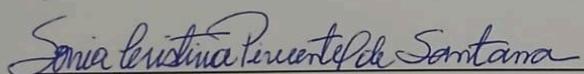
NOTA: 10,0

Orientador: **Leomir Cardoso Hilário**



NOTA: 10,0

Prof. Dr. **Marcelo de Almeida Ferreri**



NOTA: 10,0

Prof. Dra. **Sonia Cristina Pimentel de Santana**

MÉDIA: 10,0

Cidade Univ. "Prof. José Aloísio de Campos", 09 de abril de 2024.

Dedico este trabalho aos meus pais (in memoriam), em especial à minha mãe que trabalhou como telefonista na indústria de telecomunicações antes da privatização. Pela sua vida, seu esforço e história.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Mércia Maria Alves Melo (*in memoriam*) e Cícero Roberto Alves Melo (*in memoriam*), pelo apoio oferecido no decorrer da minha vida.

À minha tia Marilene Alves (*in memoriam*) e Perpétua (*in memoriam*) pela educação que eu tive durante a minha infância, pelo aprendizado, contribuição na leitura e por todo o suporte durante a minha trajetória escolar.

À minha avó Carmelita Alves (*in memoriam*) pela alegria, elogios e afeto.

Aos familiares pelo amparo e porto seguro, em especial para a minha prima Bárbara Kelly.

Aos amigos que participaram do período da minha formação me escutando e aconselhando. Obrigada.

Agradeço em especial às amigas Anne Caroline e Emmely Leite pelo acolhimento durante o período de luto.

Em suma, agradeço a todos que fizeram parte dessa trajetória.

*No fim de um mundo melancólico
os homens lêem jornais.
Homens indiferentes a comer laranjas
que ardem como o sol.*

*Me deram uma maçã para lembrar
a morte. Sei que cidades telegrafam
pedindo querosene. O véu que olhei voar
caiu no deserto.*

*O poema final ninguém escreverá
desse mundo particular de doze horas.
Em vez de juízo final a mim preocupa
o sonho final.*

(João Cabral de Melo Neto, poema O fim do mundo)

RESUMO

Este trabalho analisa os impactos da Indústria 4.0 nas dinâmicas do trabalho contemporâneo, com ênfase na precarização das condições laborais e na constituição da subjetividade dos trabalhadores diante das tecnologias digitais. Partindo da problematização sobre o discurso de liberdade e flexibilidade promovido por esse novo modelo produtivo, investiga-se como essas narrativas encobrem relações de exploração, instabilidade e vulnerabilidade. A pesquisa, de caráter bibliográfico, fundamenta-se em autores como Ursula Huws, Richard Sennett, Vincent de Gaulejac, entre outros, para compreender como o avanço tecnológico modifica não apenas a forma de trabalhar, mas também de pensar, sentir e agir. Destaca-se o surgimento do “cibertariado” e a intensificação do modelo de “empreendedor de si”, no qual o sujeito se vê como gestor de sua própria vida, sendo constantemente solicitado a adaptar-se, performar e manter-se produtivo, mesmo em condições adversas. Além disso, o trabalho evidencia como as relações laborais são atravessadas por processos de gamificação, isolamento e desmaterialização da produção, dificultando a construção de vínculos coletivos e a organização dos trabalhadores. Conclui-se que, embora a digitalização do trabalho seja um processo irreversível, é necessário repensar suas implicações para garantir condições mais dignas e humanas dentro do cenário virtual-global contemporâneo.

Palavras-chave: Indústria 4.0. Precarização. Subjetividade. Cibertariado. Trabalho digital.

ABSTRACT

This monograph analyzes the impacts of Industry 4.0 on contemporary labor dynamics, with an emphasis on the precarization of working conditions and the shaping of workers' subjectivities in the face of digital technologies. Starting from the problematization of the discourse of freedom and flexibility promoted by this new production model, the study investigates how such narratives conceal relationships of exploitation, instability, and vulnerability. This bibliographic research draws on authors such as Ursula Huws, Richard Sennett, Vincent de Gaulejac, among others, to understand how technological advancements affect not only the way people work, but also how they think, feel, and act. The study highlights the emergence of the "cybertariat" and the intensification of the "entrepreneur of the self" model, in which individuals are required to constantly adapt, perform, and remain productive—even under adverse conditions. Furthermore, the research reveals how labor relations are shaped by processes of gamification, isolation, and the dematerialization of production, which hinder collective organization and solidarity among workers. The conclusion emphasizes that, although the digitalization of work is an irreversible process, its implications must be rethought in order to ensure more dignified and humane working conditions in the contemporary global-digital landscape.

Keywords: Industry 4.0. Precarization. Subjectivity. Cybertariat. Digital labor.

LISTA DE ABREVIATURAS

3D - Tridimensional

IA – Inteligência Artificial

IoT – Internet das Coisas

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 CARACTERIZAÇÃO DA INDÚSTRIA 4.0 E AS IMPLICAÇÕES DO MUNDO DIGITAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO	15
2 PRECARIZAÇÃO 4.0: UM OLHAR SOBRE O TRABALHO REALIZADO POR MEIO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS	24
2.1 Da vulnerabilidade da relação homem-máquina no século XXI	31
3 IMPACTOS DA PRECARIZAÇÃO 4.0 NA SUBJETIVIDADE DO TRABALHADOR	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
Referencial Bibliográfico	52

INTRODUÇÃO

*Todo dia acorda cedo pro trabalho
Bota seu cordão de alho
E segue firme pra batalha
(Duas Cidades, BaianaSystem)*

O ponto de partida da monografia será feito por meio do trecho da música *Duas Cidades* do *BaianaSystem* com a finalidade de refletir sobre as nuances que permeiam o trabalho contemporâneo. É importante observar que a construção da vida do trabalhador no século XXI ainda apresenta a figura do indivíduo citado na música: o sujeito que acorda cedo e segue para a “batalha” para enfrentar a realidade e conquistar o lucro proveniente da sua mão-de-obra.

Porém, o cenário trabalhista na atualidade passa por transformações que mesclam a existência de diversos instrumentos de trabalho. Para tanto, ao mesmo tempo que a essência do trabalho citado na música do *BaianaSystem* ainda se encontra presente, outras formas de trabalho são geradas pelo avanço tecnológico e pela expansão da vivência online. Ato esse que fomenta a composição plural do indivíduo contemporâneo.

Ao observar que a narrativa da pessoa que “acorda cedo para o trabalho” e precisa se dirigir para o ambiente delimitado pela estrutura física da empresa passa a não ser uma característica da mão de obra na indústria 4.0, se faz necessário reavaliar a compreensão do que pode ser ou não considerado trabalho. É nesse sentido que, ao estudar a Quarta Revolução Industrial, além do espaço de trabalho não ser mais delimitado por uma construção física, outras características se relacionam com essa nova forma de produção. Para tanto, ao analisar a proposta de Han (2018) quanto à sociedade de desempenho, se observa que o seu conteúdo se relaciona diretamente com a subordinação do trabalho realizado na Indústria 4.0.

Quanto ao surgimento do trabalho efetuado pela Revolução 4.0 é importante destacar que ele deu seus primeiros passos com os trabalhadores da área da tecnologia no final do século XX. A sua construção ocorreu de modo direto com o avanço da indústria informática e desenvolvimento dos microcomputadores e pela filosofia empresarial do gerenciamento de si mesmo. A relação de tais aspectos possibilitou que outras áreas passassem a informatizar seus sistemas de modo que o desenvolvimento gerou o modelo da Quarta Revolução Industrial, o trabalho contemporâneo relacionado a essas novas tecnologias podem ser denominadas como *crowdwork*, microtrabalho, terceirização virtual (“leilão de frilas”).

Entretanto, para além do conceito de progresso ou desenvolvimento associado aos novos movimentos industriais, é importante desenvolver uma reflexão sobre como a

Revolução Industrial 4.0 e a cibercultura (*robótica, big data, cloud computing, IoT*) apresentam uma crise da subordinação do sujeito nas relações trabalhistas na atualidade, além de fomentar o capitalismo de vigilância por meio da rede mundial de computadores. Sendo assim, a monografia traçará o seu caminho sobre as particularidades da indústria 4.0 no trabalho contemporâneo partindo de uma análise dos trabalhos existentes, tal como a uberização, *crowdwork*, entre outros, e relacioná-los com os discursos acerca das possibilidades de trabalho apresentados pela indústria contemporânea atrelada ao mundo digital – sob a perspectiva do constante aprimoramento da inteligência artificial como artifício para a substituição do trabalho humano.

Han (2018) demonstra que as mídias digitais geram uma espécie de “desprogramação do que nós somos” promovendo uma mudança que não é realizada de modo consciente. Logo, a partir da vivência contemporânea, onde, “embriagados pelo digital” não nos damos conta dos efeitos da cegueira que fomenta a crise atual. Associado ao capitalismo de vigilância, moderação e fomento da inteligência artificial, a indústria 4.0 se relaciona como o processo de colonização de saberes e expansão de preceitos que se espalha na rede global da internet.

De tal forma que, além das características que estão atreladas à venda do discurso da indústria 4.0 há, também, fatores que implicam na fomentação da vigilância dos trabalhadores que, programados para estarem conectados, fornecem seus dados e se atrelam a uma máquina. O cenário atual, conforme Supiot (2005), diferente do que ocorria com o conceito industrial de décadas anteriores onde o trabalho estava vinculado a um local específico, agora oferece aos trabalhadores uma ferramenta de trabalho portátil pronta para ser usada a qualquer momento.

A vigilância exercida pela indústria 4.0, portanto, é apresentada pela Zuboff (2019) como capitalismo de vigilância. A instrumentalização do trabalho contemporâneo, portanto, ultrapassa os aspectos do sigilo da vida pessoal e se estabelece por meio de uma abertura sem precedentes dos dados individuais e pelas particularidades dos usuários e trabalhadores. Seja no aspecto de venda do trabalho, seja no aspecto do controle das pessoas, o objetivo de atingir a onipotência e controle do pensamento humano permeiam os ideais da distopia do ser humano contemporâneo.

Além dos aspectos citados, é observado que a transformação do mundo digital na sociedade implica em ir além da condição do que é ser humano, quebrando barreiras e o transformando em um artifício. Porém, é imprescindível analisar que para se chegar nesse estágio a mobilização do desejo se torna o fator ímpar para a condução da sociedade. Diante disso, Gaulejac (2021, p. 113) fala sobre o “desejo de sucesso, gosto pelo desafio, necessidade

de reconhecimento, recompensa pelo mérito pessoal”, ou seja, aspectos que eram reprimidos pelo superego severo na empresa hierárquica, agora no ambiente gerencial são exaltados.

Diante dos pontos abordados, o reflexo do processo da informatização repercute na desmaterialização do mundo, onde segundo Huws (2017, p. 166) nos é “oferecido um universo paradoxal: geografia sem distância, história sem tempo, valor sem peso, transações sem dinheiro”. Um dos efeitos da desmaterialização pode ser visto sob a perspectiva de Sennett (2023) quando ele aborda que a incerteza que reside no nosso tempo independe de qualquer catástrofe histórica, ela permeia o nosso cotidiano associada ao capitalismo.

Ante os pontos abordados a monografia terá por objetivo discutir sobre as mudanças no ambiente de trabalho promovidas pela indústria 4.0 e como o gerenciamento de si mesmo fomentou ainda mais a relação entre o homem e as redes sociais. A precarização 4.0 e a vulnerabilidade também serão abordadas e debatidas pois são questões diretamente relacionadas com o modo de produção informacional. Além disso, será analisado como tais mudanças promovem o surgimento de uma subjetividade precarizada.

A estrutura da pesquisa está dividida em três capítulos com o intuito de abordar os objetivos: o primeiro capítulo, denominado “Caracterização Da Indústria 4.0 E As Implicações Do Mundo Digital Nas Relações De Trabalho”, abordará sobre as características da indústria 4.0 e sobre as formas de se trabalhar no ambiente digital, seja pelo uso de plataformas digitais ou por outras dinâmicas referentes ao ambiente virtual. Nesse quesito fará um breve apanhado sobre o percurso histórico e como a ideia de liberdade nessas formas de trabalho não implica necessariamente na liberdade do trabalhador. A fundamentação do capítulo será realizada sob a perspectiva da sociologia tendo por base os trabalhos de Antunes (2020) “*Os Sentidos do Trabalho*” e “*O privilégio da servidão*”, Huws (2017) “A formação do Cibertariado: trabalho virtual em um mundo real”.

O segundo capítulo “Precarização 4.0: Um Olhar Sobre O Trabalho Realizado Por Meio Das Plataformas Digitais” se iniciará pela análise do ambiente digital consoante a obra de Han (2018) com a finalidade de demonstrar como a relação entre as pessoas e as redes virtuais se relacionam para a formação do pensamento contemporâneo. Além disso, trará como o gerenciamento de si mesmo e o desejo se relacionam com as práticas trabalhistas da precarização 4.0. Sendo assim, terá por diretriz os trabalhos de Gaulejac (2021) “*Gestão como doença social*”, Dejours (2015) “*A Loucura do trabalho*”, Sennett (2023) “*A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*”, Han (2018) “*A sociedade do cansaço*”, “*No Exame: perspectivas do digital*”, “*Psicopolítica*” e Cant (2021) “*Delivery Fight! A luta contra os patrões sem rosto*”, com o intuito de demonstrar que o

trabalho contemporâneo e sem barreiras físicas exige a integral disponibilidade do trabalhador.

Ainda no segundo capítulo será também tratado um segundo tópico denominado “Da vulnerabilidade da relação homem-máquina no século XXI” terá por finalidade abordar sobre como a precarização torna o trabalhador vulnerável, além de buscar refletir sobre as nuances do homem máquina no século XXI. Pensando no aparelho/dispositivo eletrônico como uma extensão do seu trabalho e vida, se relaciona com a sua forma de existir no mundo. A fundamentação teórica deste tópico será realizada pelas obras de Butler (2019) “*Vida Precária*”, Castro (2020) “*A subjetividade sem valor*”, Zuboff (2019) “*A Era do Capitalismo de Vigilância*”, Berardi (2021) “*Depois do Futuro*”.

O terceiro e último capítulo, “Impactos Da Precarização 4.0 Na Subjetividade Do Trabalhador” fará um percurso para compreender como a precarização 4.0 se relaciona com a subjetividade do trabalhador contemporâneo. O trajeto será realizado a partir das implicações do uso dos dispositivos móveis, novas formas de trabalho e como as vivências se modificaram com o desenvolvimento agressivo das tecnologias e novas formas de comunicação.

A finalidade deste estudo é a de analisar como a indústria 4.0 e as formas de trabalho associadas ao ambiente virtual se relacionam com o modo de produção de vida contemporâneo. A essência do gerenciamento de si mesmo, associada ao avanço dos meios de comunicação, causou grandes impactos na sociedade que vão além das fontes de lazer provenientes das redes sociais. Diante de tais perspectivas, a diminuição dos direitos trabalhistas está diretamente relacionada com a necessidade de aumento de produtividade e com as formas de trabalho precarizadas.

Nesse sentido, por meio do embasamento teórico realizado pelo referencial bibliográfico, a monografia apresentará como as nuances do capital proveniente da indústria 4.0 precariza não apenas o trabalho contemporâneo mas, também, o modo de viver. A alienação proveniente do discurso de que as novas tecnologias proporcionariam melhores condições de trabalho, ao libertar as pessoas das atividades braçais, é fruto de um descontexto dos reais impactos do trabalho precário 4.0. De tal modo que o percurso dessa pesquisa buscará compreender como o atravessamento dessas novas vivência tendo por intuito pensar os caminhos do trabalho contemporâneo.

1 CARACTERIZAÇÃO DA INDÚSTRIA 4.0 E AS IMPLICAÇÕES DO MUNDO DIGITAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

A imersão em massa da sociedade no mundo digital e a sua conseqüente influência no mercado de trabalho contemporâneo implica em modificações quanto ao instrumento laboral do século XXI: agora portátil e vinculado ao uso das plataformas digitais. Sendo assim, o discurso proposto nas mídias virtuais visa fomentar o uso de tecnologias entre os usuários como meio de atingir a autonomia trabalhista e a liberdade financeira. Dentre elas pode ser destacado o bombardeamento de informações sobre os novos usos e aplicações da inteligência artificial como instrumento facilitador do trabalho atual.

Antunes (2020) aborda que a ideia da indústria 4.0 surgiu na Alemanha em meados de 2011 com o intuito de gerar grandes avanços na área de tecnologia e informação (TIC). Para Gonsales (2020) a Indústria 4.0, também chamada de Quarta Revolução Industrial, foi um termo que surgiu no Fórum Econômico Mundial de Davos para designar o conjunto de tecnologias como: nanotecnologia, plataforma digital, inteligência artificial (IA), robótica e internet das coisas.

Gonsales (2020) acrescenta que as plataformas digitais são combinações entre softwares e hardwares, podendo ser de propriedade pública ou privada. Além disso, as plataformas são “alimentadas por dados, automatizadas e organizadas por meio de algoritmos digitais” (GONSALES, 2020, p.125). Na aplicação prática:

(...) as plataformas são utilizadas pelas empresas como um ponto de produção digital diferenciado, que isola as relações sociais envolvidas no trabalho, funcionando como um mecanismo centralizado que rege a dinâmica das relações de trabalho. Assim, independentemente de onde o trabalho é realizado, seja fisicamente, nas ruas, como no caso dos motoristas de Uber, ou digitalmente, como no caso dos trabalhadores da Amazon Mechanical Turk, sob a lógica algorítmica, as plataformas ampliam a capacidade de controle. São burocracias digitais que, além de “determinar” as regras, também as executam. (GONSALES, 2020, p.126)

O uso das plataformas digitais pelos trabalhadores não está alicerçado apenas sob o enlace da técnica e do labor a ser utilizado pela sociedade, ele surge permeado por contradições de um discurso que vende as “novas tecnologias” como um objeto transicional *do trabalho para o não trabalho*. Tal como uma liberdade pronta para ser consumida em vias de fast-food. O amparo publicitário das técnicas contemporâneas trás a perspectiva de uma “nova era” coberta por “novas” possibilidades, onde, a execução de tarefas que são consideradas “pesadas” ou “repetitivas” passam a ser digitalizadas.

Essa mudança de paradigma divulgada tanto pelas empresas, quanto pelos veículos de comunicação, nos faz lembrar das transições capitalistas anteriores que visavam libertar o homem do trabalho braçal pelas possibilidades industriais do aparato mecanizado e automatizado. O intuito de facilitar a rotina das pessoas, justificado pela possibilidade de gerenciar o tempo excedente de modo mais aprazível, continua sendo o atrativo na crise do capital.

A crise do capital pode ser vista no discurso do “capitalismo flexível” que tem por essência criticar as formas rígidas de trabalho e a burocracia, porém, requer dos trabalhadores agilidade, facilidade de mudança, além de lidar com riscos. Entretanto, em contraposição aos deveres exigidos, os direitos estabelecidos por lei são menores. É por isso que o que pode ser considerado “novo” sob a perspectiva do discurso das novas relações trabalhistas na verdade propõe novas formas de controle que não são facilmente detectáveis para Sennett (2023).

Um outro fator que compõe a crise é a ideia de que a disciplina, além da negação do desejo, poderia proporcionar o enriquecimento financeiro de modo progressivo. Porém, “sabe-se hoje que a linha reta e segura do progresso pessoal depende de variáveis que escapam do controle do sujeito” (GAULEJAC, 2021, p. 16). A percepção de que o trabalho perde a sua finalidade e passa a ser o fator resultante para a aquisição de mercadorias e garantir o consumo, reflete-se no vazio proveniente da crise da ética do trabalho, Gaulejac (2021).

Diante dessa perspectiva, é importante ressaltar que o que é considerado como *nova tecnologia* na verdade é a tentativa de criar a perspectiva de um futuro promissor para a técnica laboral que se instaura. Porém, “não existe uma “era tecnológica” ou uma “explosão tecnológica”, pois, a sociedade sempre desenvolveu a tecnologia a partir de suas atividades de trabalho. Essa perspectiva, por tanto, nos ajuda a não desistoricizar a tecnologia como se fosse algo *novo*” (GROHMANN APUD VIEIRA PINTO, 2020, p. 93). Além disso, no que tange a ideia de futuro, Berardi (2021) o coloca como “aleatório” e o associa à ideia da utopia virtual e, dessa relação, ele afirma que:

A utopia demora a morrer no século que acreditou no futuro, e sua última manifestação é a utopia virtual, que floresce viçosa e colorida na última década do século XX. A utopia virtual nasce no ponto de divergência e depois de convergência entre a rede - o espaço comum de compartilhamento social e cognitivo - e o sistema integrado do capital global. O salto tecnológico do capitalismo foi possível por dois fatores: a desregulamentação da economia e a construção da internet. Mas os dois processos não são assimiláveis, aproximam-se, distanciam-se, entram em conflito, integram-se, parasitam-se mutuamente.(...)

A utopia anarquista da vanguarda se realiza e se transforma em seu contrário quando a sociedade internaliza a regra em formas tecnológicas. (BERARDI, 2021, p. 103/106)

É nesse sentido que ao introduzir a tecnologia nos meios de informação e comunicação o objetivo não foi a abolição do trabalho. Conforme Berardi (2021), apesar da disciplina industrial ser dissolvida e existir a ideia de liberdade, já que nenhuma lei obriga o *sujeito* à dependência, a compreensão da obrigação já se encontrava internalizada e o controle social realizado de modo voluntário - conectado e precarizado. Desse modo, “os trabalhadores que realizam os novos tipos de trabalhos rotinizados de processamento de informações, (...), podem ser considerados uma nova subdivisão da classe trabalhadora - um “cibertariado”. (HUWS, 2017, p. 14).

As “novas tecnologias”, por tanto, não trouxeram mudanças com ênfase na liberdade dos trabalhadores, mas deram uma nova roupagem para a exploração do trabalho. Ao abordar o controle do trabalhador, Gonsales (2020) apresenta que as plataformas digitais funcionam como uma ferramenta que monitora e avalia minuciosamente as atividades e o comportamento dos trabalhadores e trabalhadoras, a partir dessa avaliação os pagamentos são efetuados em consonância com a produtividade e não pelo tempo de trabalho. Gonsales (2020) ainda acrescenta que as plataformas usam um sistema de avaliação dos trabalhadores e trabalhadoras que é efetuado pelos consumidores, modificando, então, o deslocamento do poder de decisão que deixa de ser realizado pelos agentes da gestão e passa a ser dos clientes.

A necessidade de reorganização reside no fato de que “o capitalismo cria uma paisagem para a efetivação dos seus lucros, ainda que temporários. (...) o trabalho digital certamente apresenta um novo tipo de ordenação, que gera um exército de reserva de trabalho” (Graham; Anwar, 2020, p.52). A reestruturação do capital na atualidade, portanto, pode gerar como resultado dois aspectos: “precarização do trabalho existente e o desenvolvimento de novas tecnologias” (Huws, p. 11, 2017). Huws (2017) aborda que a precarização pode ser observada na utilização das novas tecnologias e serve como meio de padronização e simplificação de tarefas, além disso, ela quebra o poder dos sindicatos que poderiam representar os trabalhadores, faz emergir uma forma de trabalho com um custo financeiro menor para o capitalismo virtual, produz contratos instáveis e gera um imenso exército de reserva com trabalhadores localizados, em sua maioria na região Sul-Global.

Quanto ao segundo aspecto, Huws (2017) apresenta que a reestruturação capitalista proporciona uma mudança do que são consideradas novas mercadorias: na atualidade as mercadorias passam a ser retiradas de locais que, até então, não faziam parte do objeto das

relações do capital. As “novas tecnologias não foram usadas apenas para automatizar e simplificar o trabalho, mas também para gerenciá-lo, independentemente da distância” (HUWS, 2017, p. 12). Com base nesses preceitos, diferente da previsão que abordava sobre o *fim do trabalho* com o advento da Indústria 4.0, é possível notar que as novas tecnologias além de alcançar diversos setores industriais, também ampliaram o trabalho precário que, por sua vez, passou a englobar “desde os trabalhadores e trabalhadoras da indústria de software até os de *call-center* e *telemarketing* – o infoproletariado ou cibertariado” (ANTUNES, 2020, p. 13).

O infoproletariado ou cibertariado, visto na perspectiva da possibilidade de trabalho fragmentado nas redes, representam a impossibilidade de se transformar em sujeito, pois, estão impossibilitados de mobilizar forças “devido às características técnicas do processo de trabalho e à forma de trabalho celularizado.” (BERARDI, 2021, p. 136). A impossibilidade de uma ampla organização remete à pesquisa de Huws (2022) que apresenta dados informando que o maior grupo de trabalhadores por plataforma atua de modo “oculto”. Ou seja, realizam as funções remotamente, *on-line*, como “*Upwork*, *Fiverr* e *Clickworker* nos mercados globais, fazendo qualquer coisa, desde “trabalhos de clique” de baixa qualificação até trabalhos profissionais qualificados como o desenvolvimento de *software*” (HUWS, 2022, p. 58/59).

A impossibilidade de uma mobilização está diretamente associada com a ausência de visibilidade e impossibilidade de reconhecer seus pares como meio de identificação. Sendo assim, “talvez não seja coincidência que motoristas e entregadores trabalhem em espaços públicos nos quais são capazes de identificar uns aos outros, conhecerem-se e organizarem-se, e parte da explicação (...) parece estar na visibilidade” (HUWS, 2022, p. 59). Diante dessa perspectiva, apesar do entregador de comida funcionar como um arquétipo do trabalho por meio das plataformas digitais, sua atuação não representa um aspecto total dessa forma de ofício, como assinala Huws (2022).

Além da abrangência exercida pelas *novas tecnologias* nos mais diferentes setores, a inserção dessas “tecnologias da informação e da comunicação tem como objetivo não a abolição do trabalho, mas o seu barateamento e disciplinamento.” (HUWS, 2017, p. 14). Segundo Woodcock (p. 28, 2020), a sua transformação em “um lugar no qual a mensuração do processo de trabalho poderia ser cronometrada por segundo” está atrelado a uma vigilância exercida por meio das novas tecnologias, sendo assim, é a partir da noção de controle que Woodcock (2020) demonstra que os trabalhadores de *call-center* estavam dispostos em um “panóptico de controle”. Nesse sentido, o trabalho *call-center*, por exemplo, representa um

marco crucial para as mudanças promovidas no trabalho contemporâneo no que diz respeito à vigilância e ao controle.

No que diz respeito ao trabalho realizado por meio dos aplicativos de entrega, a exemplo da *uber* e *deliveroo*, eles possuem como característica a necessidade de que “os trabalhadores estejam em um local particular para completar o trabalho” (WOODCOCK, 2020, p.30). As plataformas são, portanto, caracterizadas como dispositivos que possibilitam aos usuários a construção “de seus próprios produtos e serviços, promovendo uma infraestrutura básica para realizar a mediação entre diferentes grupos” (GROHMANN, 2020, p. 95). As plataformas também são consideradas como:

(...) a concretização da acumulação e extração de valor a partir dos mecanismos de dados e das mediações algorítmicas; por outro, significam sua face mais visível (ou interface amigável), infiltrando-se nas práticas sociais com a promessa de oferecer serviços personalizados e causando dependência de suas infraestruturas na web e em diversos setores da sociedade (GROHMANN, 2020, p. 95).

Fazendo um caminho relativamente oposto, o trabalho realizado na nuvem implica que os “trabalhadores podem completar, de qualquer lugar, com um computador e uma conexão à internet, tanto tarefas curtas, como as de *crowdwork*, como as longas tarefas de atividade *freelance*.” (Woodcock, 2020, p. 30). É nesse sentido que, diante da transição entre o trabalho baseado em um local, - onde as ferramentas, local e horário são bem definidas, - e o trabalho realizado remotamente que “foi cortada uma ligação importante entre trabalhadores e o seu objeto de trabalho” (GRAHAM; ANWAR, 2020, p.47).

Sendo assim, ainda conforme Graham e Anwar (2020), o trabalho digital pode ser associado a uma produção realizada em qualquer lugar e por qualquer pessoa que tenha acesso a um dispositivo e conectividade. Para tanto, a ausência do espaço físico, possibilitou que o trabalho na nuvem (*cloud work*), barateasse “os custos de alguns meios de produção, criando um enorme potencial de mão de obra” (GRAHAM; ANWAR, 2020, p.50), possibilitando conectar de forma direta “as grandes empresas, pequenos negócios e clientes individuais com trabalhadores e pequenos empreendimentos em qualquer lugar” (GRAHAM; ANWAR, 2020, p.50).

Conforme dito em linhas anteriores, é necessário frisar que o movimento do trabalho digital surgiu atrelado ao discurso de descanso, com a finalidade de livrar as pessoas de determinados trabalhos considerados “insignificantes”, com o objetivo de atingir a extinção de determinados trabalhos, principalmente os trabalhos físicos. Entretanto, a superoferta de

trabalho apresentada pelo trabalho realizado na nuvem teve como efeito abaixar o custo do trabalho e diminuir a “capacidade dos trabalhadores de barganhar melhores condições, (...)” (GRAHAM; ANWAR, 2020, p.51).

Contrariamente ao discurso emitido, é importante destacar que tais transformações ocorrem pela “necessidade de autovalorização das corporações globais, sem nenhum compromisso humano societal. Ou será que a guerra entre a Huawei e a Apple tem como objetivo a melhoria das condições de vida da humanidade?” (ANTUNES, 2020, p.13). Diante de uma agenda estatal que não prioriza apoio ao trabalhador contemporâneo é observável que:

(...) muito do trabalho digital de hoje não está vinculado a nenhuma regulamentação. Os clientes raramente se atentam às regras oficiais dos países de origem dos trabalhadores. Embora alguns trabalhadores prosperem nesse ambiente, ele pode ser prejudicial aos mais vulneráveis, que são justamente aqueles que precisam ser protegidos por regulamentações. (GRAHAM; ANWAR, 2020, p.56;57)

Logo, em contraposição ao crítico quadro social, o discurso apresentado no ambiente empresarial busca por meio de palavras afirmativas e positivas a disseminação dos desejos do homem neoliberal ávido por desempenho - de tal modo que pelo discurso positivo as possibilidades de trabalho provenientes da indústria 4.0 parecem infinitas. Atrelado ao discurso que fomenta a ideia de inúmeras possibilidades, o trabalho virtual também possui uma série de denominações estrangeiras que podem ser elencadas como “*plataform economy, crowdsourcing, gig economy, home office, home work, sharing economy, on-demand economy, entre outras denominações*” (ANTUNES, 2020, p.19).

O reflexo dessa cartela de possibilidade de trabalho funciona na verdade como um mecanismo de estratégia empresarial proporcionada pelo aparato digital, tendo em vista que a exploração passa a ter mais eficiência “na medida em que eles, por causa da sua mobilidade, transformam todo lugar em um local de trabalho e todo o tempo em tempo de trabalho” (HAN, 2018, p.65) Diante de tais aspectos, Antunes (2020) apresenta que as corporações globais sabem que a força de trabalho é vista como uma mercadoria especial capaz de impulsionar as cadeias produtivas globais, gerando a criação de valor e de riqueza social. Sendo assim, a maneira que os capitais passaram a lidar com o trabalho contemporâneo foi por meio da troca entre o trabalho humano e o uso das “tecnologias de informação e comunicação (TIC), internet das coisas, impressão 3D, *big data*, inteligência artificial” (Antunes, 2020, p.20).

Tal aparato de venda já desenvolvido e promovido em períodos transacionais anteriores implica uma perspectiva globalizada e uniforme, como se tudo fosse permeado e vivenciado sob a conjuntura do universo publicitário. O abismo apresentado entre a vida das pessoas e a realidade paralela proposta por uma indústria atrelada a uma tecnologia preparada para livrar a sociedade de trabalhos indesejados se esbarra na precarização de serviços vendidos na atualidade, “muitas vezes sem folga semanal; percebendo salários baixos; vivenciando demissões sem qualquer justificativa; arcando com os custos de manutenção de veículos, motos, celulares, equipamentos” (ANTUNES, 2020, p. 20). Para tanto:

Os chamados aplicativos (ou apps) e plataformas digitais impõem aos/às trabalhadores/as, quase sempre, o rótulo de autônomos/as, sendo que são remunerados por tarefas ou lapsos temporais mínimos (como horas), sem qualquer garantia de jornada e de remuneração, o que acarreta implicações importantes na dinâmica da gestão e controle da força de trabalho (dada a ausência de compromisso explícito de continuidade). (FILGUEIRAS; ANTUNES, 2020, p. 64)

Além das nuances da precarização, consoante Grohmann (2020), o trabalho digital também possui como elementos os algoritmos e os dados que se relacionam diretamente com o gerenciamento do trabalho e de si mesmo, porém, diante da ideia que permeia o pensamento neoliberal e empreendedor, eles se tornam instrumentos de controle condensados em uma atmosfera de produtividade. O algoritmo é uma unidade referente a área da computação e que possui uma noção mais antiga que a do computador, porém, o seu uso passou a ser intensificado nos últimos anos.

Ocorre que, de acordo com Grohmann (2020), assim como as demais tecnologias, os algoritmos são produzidos por meio da execução humana, por isso, ao necessitar da ação de pessoas para alimentar as suas fontes, tais interações promovem informações que convergem com as necessidades dos seus provedores, por tanto, não há como pensar em um ambiente de completa neutralidade no que diz respeito a forma como ocorre a “alimentação dos dados”. Há, portanto, uma relação direta com aspectos que vão além da tecnologia e se associam ao social, financeiro e político. Por tanto, é importante observar que para Grohmann (2020), as mediações algorítmicas não surgem espontaneamente ou sem finalidade específica. Existe uma intenção na política dos algoritmos que tem por essência um papel social relacionado à questões culturais, financeiros e ideológicos. Haja vista que “os algoritmos são produzidos socialmente a partir de determinados lugares e somente visibilizam algumas perspectivas em detrimento de outras.” (GROHMANN, 2020, p. 97)

Assim como aborda a Zuboff (2019), o papel dos dados está atrelado ao da vigilância exercida de diversos modos no capitalismo digital. A intenção básica reside no intuito de manter a dinâmica competitiva do mercado, dessa forma os capitalistas de vigilância lucram com a nossa interação virtual e conduzem as nossas ações para fomentar a compra de diversos produtos. “Não basta mais automatizar o fluxo das informações *sobre nós*; a meta agora é *nos automatizar*” (ZUBOFF, 2019, p.22).

No que diz respeito à caracterização do trabalho digital, ainda é possível elencar a forma do microtrabalho que envolve o ato de alimentar as plataformas digitais e o treinamento da inteligência artificial por meio do “reconhecimento de fotos, validação de banco de dados, escrita de metadados e descrição de produtos, transcrições de áudios e moderação de conteúdo nas mídias sociais (...)” (GROHMANN, 2020, p. 103). Empresas como o *facebook/meta* e a *Amazon* possuem um sistema próprio de contratação de trabalhadores para realizar microtrabalho com os mais diversos objetivos. Consoante tal fato, Grohmann (2020) apresenta que os dados possuem funções específicas no capitalismo de plataforma, pois, a dataficação é usada como instrumento para controlar o trabalho, além de usurpar e acumular os dados dos trabalhadores que funcionam como capital fixo e circulante.

Sendo assim, ao pensar nas práticas da indústria 4.0 e na sua relação com o trabalho precarizado, pode ser observado um cenário caótico e incapaz de promover o mínimo de dignidade existencial seja pelos baixos salários, seja pela jornada de trabalho exaustiva ou pela ausência de proteção legislativa desses trabalhadores que se esbarram na falta de aparatos seguros não apenas no âmbito local, porém sob uma perspectiva global, o que propicia o surgimento do processo de escravidão digital, Antunes (2020). Além disso, a lógica proferida pelas empresas procura distanciar a sua responsabilidade diante do apocalipse estruturado em cima dos trabalhadores digitais e, no geral, usam o discurso de que são empresas digitais, que fazem a intermediação entre os trabalhadores e serviços, são proporcionadas por “clientes”, eliminando, então, aspectos inerentes a caracterização do trabalho, tal como a subordinação, sob o slogan da liberdade, Filgueiras e Antunes (2020).

Entretanto, segundo Morozov (2018) em meados de 2013 o caso Snowden serviu para arranhar a retórica que alicerça as plataformas digitais, quando os professores universitários passaram a criticar a disrupção promovida pelos moocs, além das mobilizações dos taxistas contra a Uber. Morozov (2018) ainda destaca que as críticas não devem ser limitadas à tecnologia e ao digital, mas perceber a influência advinda do Vale do Silício - berço das novas formas de instrumentalizar o mundo. O autor cita como um dos motivos o fato de que:

(...) as empresas do Vale do Silício estão construindo o que chamo de “cerca invisível de arame farpado” ao redor das nossas vidas. Elas nos prometem mais liberdade, mais abertura, mais mobilidade; dizem que podemos circular onde e quando quisermos. Porém, o tipo de emancipação que de fato obtemos é falsa; é a emancipação de um criminoso que foi recém-libertado, mas que ainda está usando a tornozeleira (MOROZOV, 2018, p. 213).

As características que foram apresentadas a respeito do uso das plataformas de trabalho implicam que, apesar da venda do discurso de positividade perante o seu uso, a “era informacional” ainda segue os preceitos de velhos limites de produção. O espaço virtual é vasto e moldado de diferentes formas, apresentando não apenas a perspectiva do trabalho direto e preestabelecido, mas, também do trabalho indireto por meio da extração dos dados virtuais dos trabalhadores e usuários. Nesse sentido, finalizo o tópico com a questão apresentada na obra *Colonialismo Digital*: “A dúvida que fica para a crítica roedora dos ratos e dos *mouses* é se podemos pensar aqui na participação não consentida do usuário como trabalho não pago na mineração da própria vida” (FAUSTINO; LIPPOLD, 2023, p.126).

2 PRECARIZAÇÃO 4.0: UM OLHAR SOBRE O TRABALHO REALIZADO POR MEIO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS

A precarização proveniente da indústria 4.0 está diretamente relacionada com a comunicação vivenciada na era digital, sendo realizada de modo ramificado, sem destinatários e remetentes. A possibilidade da comunicação simétrica, consoante Han (2018), implica no consumo da produção de informação de modo concomitante, gerando, segundo o autor, a destruição da ordem de poder. Sendo assim, mesmo em um ambiente onde não se visualiza a hierarquia, a liberdade digital segue a influência algorítmica.

A ode ao digital revestida de simetria nas relações captura e se mescla ao discurso do ambiente de trabalho virtual. Nesse sentido, Han (2018) fala sobre a inexistência de um discurso de classe, tendo em vista que o discurso somente possui sentido diante da pluralidade. Portanto, ao se pensar no trabalho e na sua relação com as plataformas digitais, vemos a constituição de uma multidão única - uma única classe - que profere um discurso semelhante. Diante de tais questões a definição pode ser observada no trecho a seguir:

As massas, que anteriormente conseguiam se organizar em partidos e que eram animadas por uma ideologia, deterioram-se agora em enxames de *unos barulhentos*, ou seja, em Hikikomoris digitais para si isolados, que não participam de nenhum discurso público. Ao sistema autorreferencial se contrapõem os indivíduos para si isolados, que não agem politicamente. O Nós político, que seria capaz da ação em sentido enfático, desmancha-se. (HAN, 2018, p. 112/113)

Tendo uma identidade de classe posta em ruínas, a estrutura do ambiente trabalhista se incorpora aos anseios provenientes do digital - era de likes e produção por si mesmo - fazendo com que o sujeito produtivo de hoje seja ao mesmo tempo produtor e vítima, Han (2018). É a partir da análise do contemporâneo digital que a precarização do trabalho se encontra atrelada à composição do sujeito neoliberal tendo em vista que “não forma nenhum ‘nós’ capaz de agir em conjunto. A egotização crescente e a atomização da sociedade leva a que os espaços para o agir conjunto encolham radicalmente.” (HAN, 2018, p.33)

Han (2018) aduz que a mudança de perspectiva do “social” para o “sozinho” gera o vazio existente na multidão - desintegrada e generalizada - tendo por consequência a privatização da alma. A perspectiva do social e do sozinho apresentada por Han (2018) nas interações midiáticas se relaciona diretamente com o sentido que o trabalhador aufere ao trabalho quando o exerce coletivamente ou de modo individual.

A distinção entre a atuação social e o individual pode ser observada em Dejours (2015) quando o autor destaca que o trabalho em equipe gera a compreensão do que se faz e

produz, tornando possível as defesas coletivas. Diferente do que ocorre com a divisão do trabalho que não possibilita a afirmação dos trabalhadores. Para tanto, “a falta de sentido da tarefa individual e o desconhecimento do sentido da tarefa coletiva só tomam a sua verdadeira dimensão psicológica na divisão e na separação dos homens” (DEJOURS, 2015, p. 50/51). Nesse sentido:

A ética de grupo em oposição à ética do indivíduo, o trabalho em equipe enfatiza mais a responsabilidade mútua que a confirmação pessoal. O tempo das equipes é mais flexível e voltado para tarefas específicas de curto prazo do que para a soma de décadas caracterizadas pela contenção e espera. (SENNETT, 2023, p. 126/127)

A análise efetuada por Dejours apresentando a questão do ser sociável em um trabalho coletivo e do trabalhador isolado em um determinado modo de produção, tem por foco a discussão do trabalho taylorista. Tendo em vista que o trabalho realizado na fábrica era repetido, executado por etapas e não implicava em um processo de conhecimento amplo por parte dos trabalhadores que desconheciam completamente o sentido das suas funções. O paralelo do trabalho taylorista e do trabalho precarizado na indústria 4.0, apesar de possuírem um discurso de liberdade trabalhista distinto, pode ser realizado com o intuito de perceber algumas semelhanças, a exemplo da ausência do conhecimento por parte do trabalhador da integralidade da sua atividade, bem como a falta de controle sobre a produção.

Nesse aspecto, quanto ao trabalho em equipe contemporâneo, Sennett (2023) apresenta a superficialidade e a farsa das relações humanas como características do trabalho em equipe na atualidade. Desse modo, “as relações de poder contidas na equipe de trabalho, o poder exercido sem reivindicações de autoridade, está muito distante da ética de responsabilidade própria que caracterizava a velha ética do trabalho (...)” (SENNETT, 2023, p.139). Além disso, apesar da inexistência do ambiente fabril na precarização 4.0, Cant (2021) observa que seja o trabalho realizado na nuvem (o funcionário pode logar e deslogar no momento que desejar, não possuindo chefe ou supervisor humano), seja o trabalho efetuado consoante o modelo operador logístico (OL - o funcionário deve cumprir horário todos os dias e folgar uma vez na semana, além de possuir um chefe/supervisor humano), a deficiência na legislação trabalhista resulta na ausência de direitos e de uma proteção adequada aos trabalhadores.

Cant (2021) ainda demonstra que as empresas de entrega terceirizam o serviço de entrega com a intenção de não estabelecer vínculo trabalhista. Tendo em vista que a partir da ausência de vínculos que comprovem a existência da relação empregado-empregador, ou do

empregado enquanto classe estabelecida que a precarização da Indústria 4.0 se entrelaça com a realidade do trabalhador.

A construção da história e memória do trabalhador é dilacerada em um sistema que se equilibra entre o discurso da liberdade proveniente da indústria 4.0 e da solidão que se assemelha à do modo de produção industrial em série. Para tanto, estando em um sistema de trabalho que é ditado por metas, avaliações dos clientes e algoritmos, o empregado, em sua individualidade, onde o instrumento de trabalho é proveniente do seu próprio esforço financeiro, se insere em um sistema de precarização por vezes imperceptível. É nesse sentido que, diante da ideia de flexibilidade existente nas relações trabalhistas contemporâneas, há inúmeros entraves que impossibilitam a autonomia real no emprego.

Os aparatos de controle da produtividade contemporânea se assemelham aos sistemas de produção do século XX, onde “face ao trabalho por peças, a chantagem dos prêmios, à aceleração das cadências, o operário está desesperadamente só. É ele que tem que encontrar ajuda, o “truque” que lhe permitirá ganhar algumas dezenas de segundos (...)” (DEJOURS, 2015, p. 49). Desta feita, ainda consoante Dejours (2015) a rigidez do trabalho, as exigências temporais, o controle, o anonimato das relações, dentre outros, se inclui em uma forma de produção compartilhada pelos mais diversos tipos de trabalhadores de uma mesma linha de produção, sem excluir nenhum tipo de funcionário.

Além da necessidade de manter uma carga horária exaustiva para conseguir ter um resultado financeiro capaz de arcar com a subsistência, os trabalhadores da quarta revolução industrial, também se inserem em um ritmo de trabalho intensivo. Sendo assim, a consequência, conforme Gaulejac (2021, p. 17) é que a promessa de liberdade é relativa, pois, o que se observa na verdade é uma desorientação proveniente da “fragilidade do pacto onde o indivíduo é entregue a si mesmo a seu fluxo pulsional”. Desse modo, Gaulejac (2021) afirma que a ética proveniente do trabalho tradicional, mesmo diante dos seus defeitos, permitia ao trabalhador vivenciar uma narrativa considerada coerente, por não existir apenas em si, mas por meio de outras pessoas e instituições. A ausência de tais narrativas promove a necessidade de uma reinvenção constante, seja do próprio trabalho, das tarefas, vínculos e relacionamentos. Sendo assim:

Na ausência de um trabalho com orientação ética - no sentido de pacto -, o indivíduo tem de reinventar. Na ausência de autoridade clara, no caso, no próprio ambiente de trabalho, o indivíduo tem de descobrir os sinais que lhe dão visibilidade de sobre como está indo. O cenário é duplamente ameaçador como também positivo, afinal, talvez ninguém julgasse um indivíduo de

classe média, tal como descrita por Mills, como o ideal moral - e, sobretudo, sensual... - que desejaria para si. (GAULEJAC, 2021, p. 17)

A precarização do trabalho efetuado pelas plataformas digitais pode ser observada sob a perspectiva de Sennett (2023) onde a incerteza existe sem um desastre histórico iminente, mas atravessada pelo capitalismo. A incerteza, portanto, se instaura em uma sociedade que tenta burlar a rotina com a criação de meios de viver e de trabalhar que sejam flexíveis. Porém, o rompimento com a rotina em detrimento de uma “nova liberdade” não promove de fato uma libertação.

Para tanto, “as superfícies opacas do trabalho contrastam com os entusiasmos de Davos. No regime flexível, as dificuldades cristalizam-se num determinado ato, o ato de correr riscos” (Sennett, 2023, p. 88). É diante da contradição existente entre liberdade e gestão do tempo que o mal-estar do trabalhador precarizado emerge. A felicidade que surgiria na promessa de um trabalho livre de uma rotina e de um gestor-carrasco não é observado na precarização do trabalho 4.0.

Freud (2011) implica que a dificuldade em encontrar a felicidade é proveniente de três fontes do sofrimento: “a prepotência da natureza, a fragilidade de nosso corpo e a insuficiência das normas que regulam os vínculos humanos na família, no Estado e na sociedade.” (autor, ano, 2011). A busca pela liberdade promovida pela ode digital e pelo discurso de felicidade nas redes sociais se relacionam diretamente com as práticas corporativas das mais diversas instituições.

Consequentemente, Gaulejac (2021) acrescenta que esse humor existente nas empresas, escolas e demais postos de trabalho, seja o que fomenta o esvaziamento do conhecimento e da possibilidade de reflexão. A idealização de um eu ideal a ser atingido nos dá a impressão de que se tivermos determinados objetos seremos considerados plenos como empreendedores de algo ou de si mesmo. Porém, o paradoxo entre a autonomia e a independência se envolve com “o mal-estar decorrente da falência das éticas de trabalho tradicionais que é, dessa forma, em parte saldado pelo apoio simbólico-institucional da empresa, mesmo que esta brinde o indivíduo com relativa liberdade de movimentos.” (GAULEJAC, 2021, p.21).

É por isso que Freud (2011) apresenta o questionamento da dificuldade dos homens serem felizes e a ideia de aprender algo novo não parece tão grandioso, pois, diante da força civilizacional como justificativa para renunciar as pulsões. A ideia de que haverá algum tipo

de compensação ou ganho com a renúncia gera a necessidade de realização de um trabalho árduo com a finalidade de ser recompensado com a sensação de dignidade ou dever cumprido.

Apesar da atmosfera organizacional ser permeada por um discurso de produtividade e positividade onde o ideal se apresenta em algum lugar no futuro, a realidade do trabalhador se apresenta de modo diferente. O prognóstico do trabalho precário na indústria 4.0 se atrela ao fracasso da manutenção das próprias estruturas organizacionais que já não são fixas. A diluição do trabalho se mescla com a diluição da rotina do trabalhador e dos seus projetos pessoais.

A precarização, então, se mostra por meio de uma atmosfera nebulosa mas com a garantia ilusória de que as incertezas não existem ou deixarão de existir. O fato é que desde meados de 1980 a indústria passou a ser desintegrada com a informatização e parte dos trabalhadores do setor industrial deixaram de ter os seus empregos. A constante necessidade de readaptação ao novo mundo se fez presente naquele momento e, com o decorrer dos anos, se intensificou provocando alterações cada vez mais constantes no meio de produção capitalista.

Imerso nessa realidade de mudanças, os trabalhadores promovem novas descobertas em tentativas pífias de readaptar-se constantemente. Encaixam-se em trabalhos que se apresentam como lucrativos e inovadores mas que provocam uma simbiose entre o homem e a máquina. Tal simbiose pode ser vista desde a perspectiva de que o trabalho agora já não mais apresenta a necessidade de deslocamento para uma empresa, o trabalho está na sua frente, em suas mãos, durante o tempo que for necessário.

O trabalho, por tanto, já não mais aparece sob a perspectiva de controle, ele se atrela a uma ordem de produtividade. A produtividade é posta como algo que proporcionará um futuro próspero, tal como os primórdios dos preceitos luteranos, mas agora adaptados à realidade da máquina, uma realidade que ultrapassa as ambições meramente religiosas. A realidade se encaixa sob a perspectiva do dinheiro-deus-máquina.

O processo de segmentação do homem e da sua identidade diante do trabalho precário se faz baseado em um processo que nega a realidade e promove uma atmosfera de fantasia. A fantasia de uma satisfação promovida pela ideia lucro, produtividade e liberdade. Entretanto, a aparência da liberdade se esbarra como uma série de limitações. Para tanto:

Na revolta contra a rotina, a aparência de nova liberdade é enganosa. O tempo nas instituições e para os indivíduos não foi libertado da jaula de ferro do passado, mas sujeito a novos controles do alto para baixo. O tempo da

flexibilidade é o tempo de um novo poder. Flexibilidade gera desordem, mas não livra das limitações. (SENNETT, 2023, p.69)

A relação divergente entre a ideia de liberdade do trabalho na indústria 4.0 colide com a realidade vivenciada pelos trabalhadores nesta indústria. Tal como o trecho acima citado, a flexibilidade apresentada nos trabalhos por meio das plataformas digitais promove uma relação de trabalho que produz outras limitações. Dentre os efeitos é que a temporalidade do trabalho impõe um ritmo diferente do tempo biológico humano e o tempo deslocado ao trabalho passa a não ser mais definido, de modo que:

A medida abstrata do tempo permite desligá-lo das necessidades fisiológicas ou psicológicas: o sono, o alimento, a procriação, o envelhecimento etc. O indivíduo submetido à gestão deve adaptar-se ao “tempo do trabalho”, às necessidades produtivas financeiras. A adaptabilidade e a flexibilidade são exigidas em mão única: cabe ao homem adaptar-se ao tempo da empresa e não o inverso. (GAULEJAC, 2021, p. 82)

Sendo assim, a culpa pela não produtividade desejada remete a uma das questões limitadoras e que geram angústia na vivência do trabalhador 4.0. Diante desse aspecto, “o preço do progresso cultural é a perda de felicidade, pelo acréscimo do sentimento de culpa.” (FREUD, 1930/2010). A subordinação do homem ao software ganha uma nova roupagem, mas não o livra da culpa e da infelicidade por viver em uma realidade que permite um trabalho que vai além de rotinas e estruturas físicas delimitadas.

De acordo com Supiot (2005) a promoção do investimento em tecnologias pelo setor industrial e o uso dos microcomputadores foi o ponto chave para a mudança nas formas de organização de trabalho. A introdução dos microcomputadores na vida pessoal dos trabalhadores ocorreu por meio de incentivos da empresa como bonificações. O trabalho *home office*, assim denominado posteriormente, e introduzido aos poucos na realidade dos trabalhadores teve por ênfase a celeridade para a indústria.

Além disso, os instrumentos de gestão “(...) são construídos sobre pressupostos raramente explicitados, lógicas implícitas que se impõem por meio de regras, de procedimentos, de ratios e de indicadores que se aplicam sem que haja possibilidade de discutir sua pertinência” (GAULEJAC, 2021, p. 104). Os fundamentos da ideologia gerencialista se apresentam entrelaçados ao discurso corporativo de modo a produzir uma visão alienante do modo de produção.

A gestão tendo por característica a eficácia se vincula ao discursos dos dirigentes tanto das empresas públicas, quanto das empresas privadas. A relação de gestão que era vista por

meio da concepção física da empresa, passa a ser uma disciplina de múltiplas formas, sem corpo definido. A ausência de demarcação “favorece uma visão do mundo na qual o humano se torna um recurso a serviço da empresa” (GAULEJAC, 2021, p. 67), ainda segundo o autor:

Nessa lógica de pensamento, excluímos da análise tudo aquilo que é considerado como irracional, porque não objetificável, não mensurável, não calculável. Os registros afetivos, emocionais, imaginários e subjetivos são considerados como não confiáveis e não pertinentes. No limite, eles não existem porque não sabemos atingi-los, analisá-los ou traduzi-los em números. (GAULEJAC, 2021, p.71)

A nova ode social proporcionada pelo trabalho digital implica na era do desempenho. Para Chul Han (2018) o ócio reside onde o trabalho não existe, porém, no imperativo do desempenho no neoliberalismo qualquer tempo se transforma em tempo de trabalho. De tal forma que a precarização da indústria 4.0 implica no não gozo das férias, na ausência de sono e no esgotamento do indivíduo em prol da produtividade no trabalho. O relato de Cant acerca da sua experiência como entregador na Deliveroo nos dá uma base como a incerteza permeia as relações dos trabalhadores de entrega por aplicativo:

O quase-gerente disse que éramos obrigados a trabalhar no mínimo dois fins de semana por mês. Eu fiquei confuso - afinal, Brighton não era uma “área de login livre”? Pelo jeito não. Ele explicou que precisávamos fazer pelo menos dois turnos de quatro horas entre sexta-feira e domingo duas vezes por mês, caso contrário seríamos desativados. Essa regra nunca foi formalizada por escrito, mas as instruções eram bem claras. Ao que parecia, a flexibilidade tinha seus limites. (CANT, 2021, p. 59.)

Ainda consoante o relato de Cant (2021), durante o período que pode ser considerado como uma seletiva, ele percebeu que a empresa havia convocado estudantes para o trabalho de entrega. A confirmação de que a Deliveroo estava recrutando estudantes veio posteriormente. A ausência de estabilidade financeira por parte dos jovens tornou-se um dos atrativos para o início desse modelo.

É diante dessa encruzilhada, onde a realidade digital está modificando os rumos do que era considerado familiar antes mesmo de tomarmos consciência do que está ocorrendo de fato, que a realidade trabalhista por meio das plataformas digitais influencia a nossa existência. Dessa forma, a precarização se faz por meio de um sujeito sem rosto, invisível a nossa percepção. O trabalhador, além da ausência de formalidade do seu trabalho físico, também tem que lidar com a coleta dos seus dados no ambiente virtual. Sendo assim:

A conexão digital é agora um meio para fins comerciais de terceiros. Em sua essência, o capitalismo de vigilância é parasítico e autorreferente. Ele revive a velha imagem que Karl Marx desenhou do capitalismo como um vampiro que se alimenta do trabalho, mas agora com a reviravolta. Em vez do trabalho, o capitalismo de vigilância se alimenta de todo aspecto de toda a experiência humana (ZUBOFF, 2019, p.24).

Ainda consoante Zuboff (2019), o Google foi o primeiro a apresentar o capitalismo de vigilância na prática, investindo um grande volume financeiro em pesquisas para o mapeamento de espaços que não eram mapeados na internet. O reflexo disso é a comparação de que o que representava o dilema entre capital industrial e força de trabalho no século XX, hoje o capitalismo de vigilância se opõe a todas as sociedades, e a cada indivíduo.

2.1 Da vulnerabilidade da relação homem-máquina no século XXI

A vulnerabilidade pode ser compreendida sob diversas óticas pois se encontra relacionada a pluralidade de situações relativas à condição humana. Nesse sentido, pode ser observado na obra de Butler (2019, p. 45) que “existem meios de distribuir as vulnerabilidades, formas diferenciadas de alocação que tornam algumas populações mais suscetíveis à violência arbitrária do que outras”. Partindo desse pressuposto, a análise da vulnerabilidade do trabalho na indústria 4.0 pode ser vista por meio da ramificação da precarização do trabalhador com relação a ausência material dos meios adequados para a garantia da sua dignidade, garantia jurídica nas novas relações de trabalho, tempo de descanso adequado, salário proporcional, entre outros.

Diante dessas considerações é importante observar que a condição de precariedade reside primeiramente na relação distinta do empregador e empregado, o empregado já se encontra de antemão em uma posição vulnerável. Além disso, a vulnerabilidade do “pequeno” trabalhador autônomo também o deixa sujeito à mercê da dinâmica capitalista atual. Pois, mesmo tendo o desejo de fugir do trabalho pragmático e rotineiro, a autonomia empregada ao sujeito que se encontra sob a égide do empresariado de si mesmo está diretamente relacionada com a precarização contemporânea.

A proposta do trabalho na indústria 4.0 fomenta ainda mais “a capacidade de envolver todo o tecido social, quase o asfixiando ao mesmo tempo em que lhe oferece todo um leque inédito de novas possibilidades, criando infiltrações nos muros de toda e qualquer instituição.” (JORGE, 2014, p. 29). As engrenagens da atualidade não se movimentam apenas pela constituição física fabril, apesar de estruturas sólidas ainda serem presentes, o trabalho,

que está em constante modificação, se torna cada vez mais fluido implicando em novas formas de vulnerabilidade, agora provenientes do aspecto imaterial dos dados informacionais.

É a partir da compreensão da imaterialidade proveniente do trabalho contemporâneo que se torna incerta a caracterização da relação entre o trabalhador e o emprego. A dinâmica fluida que se origina no digital torna a lógica de poder em algo aberto e contínuo, segundo Jorge (2014). Ainda segundo a autora, outros aspectos associados à globalização e ao mercado multinacional fomentam o desenvolvimento irrefreado das tecnologias na área da comunicação e informação. A ausência de limites fronteiriços se alicerça nos benefícios provenientes da ausência de regulamentação de mercado, como também pela força do trabalho precarizado de outras nações.

A repercussão dos novos contornos da economia global de forma macro passa a refletir no gerenciamento dos trabalhadores em diversos países, de tal modo que “as funções são relativizadas e ganham um menor peso, dissociando a ideia de uma simples e “engessada” prestação de serviços hierarquizada, passando a acompanhar os ritmos característicos da sociedade atual.” (JORGE, p.30, 2014). Com base nesse contexto, a denominada “liberdade” encontra divergência entre o discurso associado às novas formas de trabalho e o que de fato se concretiza por meio das práticas trabalhistas.

Ao se analisar trabalho sob a perspectiva de que pode ser feito em qualquer localidade, a imaterialidade proveniente do gerenciamento do tempo faz com que o conceito de liberdade seja novamente questionado. Afinal, “novas condutas empresariais: ausência de marcador de ponto, valorização do trabalho em equipe, horários flexíveis, desenvolvimento de tarefas por projetos e por metas, bem como a integração do processo intelectual e criativo na produção.”(JORGE, p.31, 2014). São características que implicam nas contradições do discurso de liberdade fomentado pelo trabalho realizado em dispositivos móveis. De acordo com Gaulejac (2021) a gestão de si mesmo pode ser vista como um fator ideológico, onde:

A ideologia é um sistema de pensamento que se apresenta como racional, ao passo que mantém uma ilusão e dissimula um projeto de dominação; ilusão da onipotência, do domínio absoluto, da neutralidade das técnicas e da modelação de condutas humanas; dominação de um sistema econômico que legitima o lucro como finalidade. Esse projeto aparece claramente por meio dos mecanismos de poder, dos quais são objeto a formação e a pesquisa de gerenciamento. Na hora da globalização, elas são cada vez mais dominadas por um modelo americano que impõe suas normas ao mundo inteiro. (GAULEJAC, 2021, p. 69)

É diante desses aspectos que surgem as contradições, pois, ao se considerar como uma empresa, objetificando a sua vida, como o trabalhador compreenderia a sua vulnerabilidade? O exercício de reflexão quanto a influência dos modos de produção na vida do trabalhador soam como algo distante dos seus objetivos. A facilidade em gerir o seu tempo com o intuito de manter ou superar a sua produtividade se tornou o discurso-rei do século XXI. Diante da ausência de possibilidade de compreender que a realidade implica na vivência de situações negativas, a vulnerabilidade se mostra presente diante do discurso positivo.

A expectativa de vivenciar um jogo de ganha-ganha no âmbito do trabalho torna a pressão e a sensação de aprisionamento para cumprir uma determinada meta como ponto principal da ausência de liberdade. É possível observar que Huws (2017) aborda o desenvolvimento da introdução da informática no ambiente empresarial como aspecto principal para a mudança de perspectiva da relação homem-trabalho, tornando a possibilidade do gerenciamento para além das estruturas corporativas físicas.

É fato que os aparatos utilizados como instrumento de trabalho sempre estiveram presentes nas revoluções industriais. Huws (2017), nesse sentido, apresenta uma comparação da representação entre a máquina de tear e o computador com instrumento de trabalho. A comparação entre as duas fases históricas da indústria nos permite perceber que a relação entre o homem e a máquina está atrelada a uma condição de vida que vai além do retorno financeiro.

A construção de um ambiente propício para o uso dos computadores portáteis, e outros aparatos tecnológicos, igualmente móveis, passou por diversas fases nas últimas décadas. Ainda consoante Huws (2017), a indústria usou os meios de comunicação para a construção dos desejos humanos quanto a sua realização profissional. A autora cita, por exemplo, a introdução do teletrabalho, nela, a depender das necessidades da indústria o discurso era modificado para atrair determinado público: ora formado por mulheres que poderiam trabalhar em casa e dividir a sua rotina entre o trabalho e a família, ora pelo uso das empresas de tecnologia com o intuito de redução dos custos do empregador e para aumentar a capacidade da organização. A relação entre o discurso de liberdade e flexibilidade, que ganhou destaque sob a égide de uma mudança que proporcionaria a realização dos desejos de consumo dos trabalhadores, uma rotina maleável, além de efetuar o incremento no desenvolvimento empresarial que fomentaria a geração de empregos, mostrou-se diverso. É a partir da relação entre consumo e o desenvolvimento informacional que:

As tecnologias de informação e de comunicação desempenham um papel central no ofuscamento das fronteiras entre trabalho e consumo, constituindo uma interface para as mudanças entre aqueles que servem e aqueles que são servidos. A compra de um bilhete aéreo, por exemplo, pode ser feita por telefone e processada por um operador de *call center*, ou realizada diretamente pelo cliente no *website* da empresa aérea: o trabalho de entrada de dados pode ser tanto pago como não pago. É, portanto, difícil separar a discussão sobre a divisão do trabalho no trabalho de “produção” remunerado de uma discussão mais geral sobre a divisão do trabalho no trabalho não pago de “consumo”(…) (HUWS, 2017, p. 230/231)

A ausência de solidez nas estruturas passou a ser o preceito da vivência contemporânea, o ambiente digital passou a incorporar e codificar diversas ações que faziam parte do mundo material. Desde a não necessidade de impressão de papéis, uso de dispositivos para a organização diária, até a imaterialidade da moeda fomentam a produção de uma vida baseada no valor etéreo. As mudanças provenientes da imaterialidade também se relacionam como modo de consumo da população, tendo em vista que para Lazzaratto e Negri (2001) a produção imaterial acentua “a produção audiovisual, a publicidade, a moda, a produção de software, a gestão do território etc. são definidas através da relação particular que a produção mantém com o seu mercado e os seus consumidores” (LAZZARATTO; NEGRI, 2001, p. 45).

O reflexo da nova forma de consumo implica no distanciamento com o taylorismo, além disso, as novas formas de consumo se relacionam com a nova interface do trabalho e modificam a organização de produção. Sendo assim, “a ativação, seja da cooperação produtiva, seja da relação social com o consumidor, é materializada dentro e através do processo comunicativo” (LAZZARATTO; NEGRI, 2001, p.45). Para tanto, “talvez a mudança mais importante que ocorreu seja o aumento da mercadorização das atividades de ‘serviços’” (HUWS, 2017, p. 218). É diante desse aspecto que Huws (2017) trata a mudança dos produtos, pois, a mercadoria capitalista que era um objeto físico tanto para a fábrica (um tear ou tonel), quanto para o consumidor (uma blusa, uma mesa), com o advento dos trabalhos virtuais, os produtos passaram a ser constituídos por um novo conjunto de mercadorias, a exemplo dos pacotes de software, sistema de segurança eletrônicos.

As alterações promovidas também ocorrem sob o discurso que visa otimizar o tempo das pessoas. Porém, duas questões podem ser levantadas nessa dinâmica: o uso excessivo do ambiente virtual que proporciona a vulnerabilidade da vida privada da pessoa e a questão do espaço-tempo otimizado para o trabalho que pode ser realizado em qualquer lugar. Para

Gaulejac (2021) tais fatores podem ser vistos sob a perspectiva de uma colonização respaldada pelo tempo imediato, pela urgência.

A dinamicidade das relações, assim como preceitua Huws (2017) promove alteração na hierarquia e em como o trabalho é definido no ambiente empresarial. Seguindo esse posicionamento, Gaulejac (2021) também fundamenta sobre a situação contraditória entre liberdade e gestão de si mesmo quando anuncia que “cada um é livre de trabalhar onde quer, a partir do momento que está “plugado” permanentemente à rede. Quando transportamos nosso escritório conosco, tornamo-nos livres para trabalhar 24 horas durante 24 horas!” (GAULEJAC, 2021, p.123).

A ideia de liberdade também é confrontada diante das suas contradições no ambiente de trabalho atual, consoante Supiot (2005), além disso, o autor também apresenta a vulnerabilidade diante da submissão do usuário ao software. Os riscos apresentados vão desde pirataria, contaminação, espionagem e outras formas de invasão do *software* que promovem a erosão da vida privada e laboral. Para tanto:

(...)a autonomia na subordinação não poderia progredir no mundo assalariado, sem o socorro do microcomputador ou do telefone celular, que permitem trabalhar e ser controlado em qualquer lado e em qualquer altura. E as novas formas de organização de trabalho foram, em contrapartida, um poderoso motor de desenvolvimento da informática, gastando as empresas orçamentos colossais na compra de materiais, que os seus fornecedores se aplicam a tornar rapidamente obsoletos. (SUPIOT, 2005, p. 148)

A denominação “a autonomia na subordinação” utilizada por Supiot (2005) exemplifica em duas palavras a realidade vivenciada no trabalho proveniente da revolução industrial 4.0. Nenhum aspecto da vida cotidiana em sociedade poderia ficar ileso às profundas mudanças ocorridas pelo desenvolvimento acelerado e pela disseminação das tecnologias. Nesse percurso do trabalho é importante pensar em como funciona a relação entre o homem e a máquina de modo mais profundo.

Como já foi citado anteriormente, Huws (2017) faz um comparativo entre a máquina de tear e dos microcomputadores na vida do homem, de modo que os impactos produzidos pelos dois instrumentos de trabalho reverberam de modo significativo nas relações sociais. O ponto que figura novas nuances no trabalho contemporâneo reside na diminuição dos limites entre o homem e a máquina. Sendo assim:

(...) é uma banalidade observar que as novas tecnologias da informação e da comunicação fazem estilhaçar esse quadro espaço-temporal, que elas anulam a duração e as fronteiras e transportam o Homem para o mundo virtual, onde

não há dia, nem noite, nem distância. Mais exatamente, elas transportam para aí as suas faculdades mentais, enquanto o seu corpo biológico permanece plantado no mesmo sítio, sentado à frente de um ecrã ou inclinado sobre um portátil, indisponível para as trocas com o seu meio envolvente imediato. (SUPIOT, 2005, p.156)

A rotina de trabalho na era dos smartphones relaciona a subjetividade do indivíduo não apenas sob a perspectiva da máquina, tal como na revolução industrial do século XIX. A dinâmica contemporânea relaciona o gerenciamento de si mesmo à uma *subjetividade como recurso*. Nesse sentido, Castro (2020) ao abordar sobre as dinâmicas financeiras, que foram aglutinadas pelas grandes corporações monopolistas, apresenta como resultado o domínio da produção, do consumo e do setor financeiro. A união dos três aspectos promoveu uma significativa mudança na forma como o desejo e o trabalho se relacionam com o poder de compra, de tal modo que “a forma da produção e do consumo de massas, com a criação de um novo padrão cultural capaz de fazer da força de trabalho também força de consumo” (CASTRO, 2020, p. 223). Desse modo:

Com o advento da microeletrônica o caráter de inessencial da força de trabalho aprofunda-se, ao absorver do trabalho vivo não somente seus atos mecânicos, mas suas operações lógicas, não somente seus gestos, mas o conjunto do processo (...) Logo, o pão dispensa o padeiro visto ser desde então, a automação microeletrônica a responsável pelo processo de trabalho até o seu produto. Da mesma forma, a marcenaria microeletrônica dispensa o marceneiro; a gráfica, o desenhista; a indústria de calçados, o sapateiro; a montadora automobilística dispensa o operário mecânico; os bancos online, o bancário. A robótica, a informática, as plataformas digitais, são novas formas de trabalho morto capazes de controlar a lógica do processo de trabalho, reduzindo o trabalho vivo a tarefas simples de operação de interface, intensificando e sobrecarregando seu ritmo e empobrecendo seu conteúdo. (CASTRO, 2020, p. 312)

A citação de Castro, ao falar da automação de alguns setores, remete ao texto *Ilegível* do Sennett, capítulo IV da obra: *a corrosão do caráter* (2023). Sennett aborda sobre sua visita a uma padaria de Boston depois de 25 anos que havia realizado uma pesquisa que entrevistava um grupo de padeiros. Durante a primeira entrevista, os padeiros que atuavam em Boston possuíam uma identidade bem definida: eram homens imigrantes gregos que se colocavam como classe média, possuíam o ódio racial como impeditivo de uma consciência de classe.

O trabalho na padaria era realizado manualmente, de modo coletivo, muito barulhento e “o cheiro de fermento misturava-se ao de suor humano nos quentes aposentos” (SENNETT, 2023, p.77). O trabalho não era apreciado, exigia força para manusear a massa dos pães e, além disso, os padeiros se queimavam com os fornos constantemente. Apesar da puxada

rotina manual, o autor cita aspectos éticos na profissão como a solidariedade e cooperação, a exemplo de “quando dois deles, irmãos alcoólatras, se apresentavam sujos ao trabalho, os outros os censuravam falando do caos que estavam criando em suas famílias” (SENNETT, 2023, p. 77). A identificação com o trabalho naquela época envolvia o pertencimento a uma comunidade.

Posteriormente, a padaria foi adquirida por um conglomerado de alimentos, a produção dos pães passou a ser automatizada com máquinas sofisticadas e o silêncio passou a reinar durante a produção. Os princípios da organização flexível se tornaram basilares para o empreendimento. A identidade e o senso de comunidade foi dissolvido e, apesar da aparência de praticidade, “nesse local de trabalho high-tech, flexível, onde tudo é fácil de usar, os empregados se sentem pessoalmente degradados pela maneira como trabalham. (...) Operacionalmente, tudo é muito claro; emocionalmente, muito ilegível.” (Sennett, 2023, p. 79) A ausência de contato com o material para a produção dos pães, gerou profissionais que não sabem como realizar de fato a produção, a criação dos alimentos passou a ser produzida por meio de telas.

Os trabalhadores passaram a ser dependentes dos programas e, caso haja algum problema na máquina, uma equipe técnica precisa ser acionada. A ausência de controle tornou a função ilegível e sem sentido. O capítulo ainda trata sobre consciência dos trabalhadores quanto a simplicidade das suas tarefas, um dos funcionários afirma “Eu vou para casa, faço pão mesmo, sou um padeiro. Aqui, apertado botões.” (SENNETT, 2023, p. 83). A identificação com o trabalho é fraca e indiferente. A tecnologia e a sua facilidade possui uma motivação econômica: a empresa pode contratar funcionários com uma remuneração inferior ao que era estabelecido anteriormente, mesmo que os profissionais possuam maiores qualificações técnicas.

A dificuldade é contraprodutiva num regime flexível. Por um terrível paradoxo, quando diminuimos a dificuldade e a resistência, criamos condições mesmas para a atividade acrítica e indiferente por parte dos usuários. (...) São demasiado conhecidos o papel brilhante e as mensagens simples dos anúncios de produtos globais, cada vez mais fáceis de entender. Mas um pouco na mesma linha divisória entre superfície e profundidade assinala o processo produtivo, com suas tarefas fáceis de cumprir, mas cuja lógica mais profunda não se pode decifrar (SENNETT, 2023, p. 84/88).

A produção de uma atividade acrítica e simplória para os padrões intelectuais do trabalhador anuncia não apenas a desconexão com o trabalho produzido, mas, também, promove a reflexão sobre a ausência de conhecimento quanto à lógica do exercício

profissional. Os gadgets e os padrões intuitivos induzem o usuário a execução da tarefa com cliques, porém, distante do real conhecimento da aplicação da sua atividade laboral, a onda de cliques promove a limitação do conhecimento quanto a finalidade do trabalho. A relação com a máquina passa a ter um sentido diverso, apesar de não ter o sentido amplo da tarefa, o dispositivo de trabalho está cada vez mais próximo do usuário, a imersão da tecnologia na vida humana não se encontra mais no externo, ela está em nós, segundo Berardi (2021).

Para Berardi (2021) a relação com as máquinas no século XXI produziu na sociedade uma mudança que ainda não se pode definir com exatidão, porém, diante das vivências, o autor avalia que somos “rodeados e penetrados por máquinas internas” (Berardi, 2021, p. 15). Nesse sentido, absorvidos pelo trabalho e pela produção de mercadorias, a percepção da máquina ultrapassa o conceito externo e se relaciona com o aparato biológico humano. Ainda segundo Berardi (2021), essa ideia se contrapõe à concepção da máquina no período moderno - tendo em vista que ela age de modo externo ao corpo e a mente. Desse modo, ao se pensar a relação homem-máquina, Berardi (2021) apresenta que:

A máquina de hoje é outra coisa. Hoje temos que falar da máquina interiorizada, máquina biopolítica: a máquina psicofarmacológica, a máquina que age no interior do corpo graças a potências de tipo químico, biotécnico. E, ainda mais, a máquina semiótica, a rede como concatenação que torna possível uma deslocalização dos processos produtivos. A máquina bioinformática. Para realizar deslocamentos progressivos e de formas diferenciadas, a máquina deixou de ser adorada pelo futurismo para se tornar uma máquina essencialmente internalizada: a máquina de controle. (BERARDI, 2021, p. 17)

O controle demonstrado ocorre consoante a própria máquina interna, reduzida ao nano, capaz de atravessar a existência e modificar o organismo e o seu humor. Os signos, as relações e as formas de linguagem são influenciados pela máquina, de modo que para Berardi (2021) há uma abolição dos espaços - tudo instantâneo e intrínseco à própria existência. “Homens e mulheres eram força-trabalho à disposição da máquina produtiva, mas eram também pessoas com seu corpo, com sua memória pessoal e de grupo” (BERARDI, 2021, p. 107/108).

Mas o novo contexto apresenta o tempo e a vida como um mosaico oferecido às redes, “o que resta da singularidade de percursos biográficos individuais?” (BERARDI, 2021, p. 108)

3 IMPACTOS DA PRECARIZAÇÃO 4.0 NA SUBJETIVIDADE DO TRABALHADOR

“O céu sobre o porto tinha cor de televisão em um canal fora do ar”
(GIBSON, 2016, p.23)

A frase citada advém do início do livro *Neuromancer* de William Gibson e serviu como ponto de partida para que eu pudesse refletir sobre a subjetividade do trabalhador na precarização 4.0. O atravessamento promovido pelas formas de produção industrial se relacionam também como o mundo é visto e percebido, sendo assim, diante da relação homem-máquina frente ao capitalismo contemporâneo, qual é a cor do céu produzida pelos impactos da precarização 4.0 aos olhos do trabalhador?

Pensar a subjetividade sob a perspectiva das inúmeras mudanças tecnológicas produzidas no último século nos transmite uma série de precariedades que se referem a gestão de si mesmo, a saúde do trabalhador, ao desemprego, dentre outros. Tal como a concretização de uma obra de ficção científica escrita no século XX, as nuances imprecisas do trabalho contemporâneo que envolve a revolução 4.0 refletem tanto materialmente quanto imaterialmente na construção da sociedade.

Nesse quesito, a precariedade material se enquadra nos efeitos físicos insuficientes para manter a subsistência e qualidade de vida do trabalhador. Pode ser citado inicialmente a insuficiência de uma remuneração adequada e fixa que gere um valor satisfatório e que arque com as necessidades básicas da vida para além do trabalho. A realização do microtrabalho, trabalho por cliques ou demanda, onde a remuneração advém de pequenos gestos no ambiente virtual por um valor irrisório, servem como exemplo de que o curto período de tempo onde houve o vínculo empregatício deixa o trabalhador à margem da dignidade.

A ausência de um estabelecimento físico que ofereça um suporte adequado e pessoal ao empregado também gera a sensação de volatilidade do trabalho produzido. Dessa forma, relacionar o gerenciamento de si mesmo com a possibilidade de produção de um trabalho de modo ininterrupto por 24 horas e em qualquer lugar cria-se a perspectiva de que a relação entre o tempo e o trabalho são unificados. Circunstância tal que reflete na subjetividade onde o tempo torna-se instrumento para a produção de trabalho. Para Crary:

24/7 é um tempo de indiferença, contra o qual a fragilidade da vida humana é cada vez mais inadequada, e dentro do qual o sono não é necessário nem inevitável. Em relação ao trabalho, torna plausível, até normal, a ideia de trabalhar sem pausa, sem limites. Alinha-se com o inanimado, com o inerte ou com o que não envelhece. Enquanto exortação publicitária, decreta a disponibilidade absoluta e, conseqüentemente, o caráter incessante das carências e sua incitação, mas igualmente sua manutenção perpétua. A ausência de restrições ao consumo não é simplesmente temporal. Já passou a época em que a acumulação era, acima de tudo, de coisas. Agora nossos corpos e identidades assimilam uma superabundância de serviços, imagens, procedimentos e produtos químicos em nível tóxico e muitas vezes fatal. A sobrevivência individual a longo prazo é sempre dispensável se a alternativa pode admitir, mesmo que indiretamente, a possibilidade de interlúdios sem compras ou sua instigação. Da mesma forma, 24/7 é inseparável da catástrofe ambiental, dada a exigência de gasto permanente e desperdício sem fim para sua manutenção e a interrupção fatal dos ciclos e estações dos quais depende a integridade ecológica. (CRARY, 2014, p. 13)

O não ter limites entre o trabalho e o tempo implica em um movimento que se entrelaça e se fortalece quando o sujeito é posto em uma condição onde a sua existência depende desse modo de viver. Para tanto, “a intensificação alcança limites inviáveis representados pela escassez do tempo: falta tempo para o ato de descobrir, falta tempo para o laço familiar, falta tempo para o laço social, falta tempo para si mesmo.” (CASTRO, 2020, p. 375)

O fomento do gerenciamento de si mesmo implica, para Castro (2020) em uma subordinação do tempo subjetivo ao tempo de produção à níveis que esbarram na percepção humana para que seja possível “forjar um sentido para si em uma historicidade singular entrelaçada com os outros” (Castro, 2020, p. 375). Ao perceber que as histórias estão entrelaçadas, a produção da subjetividade no trabalho contemporâneo pode ser vista por meio de um movimento em ondas, onde, esse viver-por-meio-das-repetições-laborais nos permite compreender que não há como separar o ser da relação. Conforme Natalio (2015), a relação entre o indivíduo e a “paisagem” psicossocial e econômica é realizada por meio do fluxo de relações que tem por característica a transitoriedade, o imprevisto e a possibilidade da diferença ou uma “potência de diferenciação”.

Quanto a análise a partir dos preceitos da psicanálise lacaniana, citada por alguns autores a exemplo do Berardi (2021) e Dardot; Laval (2016), a compreensão do *sujeito* neoliberal deve ser feita a partir do dispositivo de desempenho e gozo. É diante dessa perspectiva que a adjetivação para condição contemporânea do trabalhador passa pelas seguintes nomenclaturas “precariedade”, “flexibilidade”, “imprecisão”, entre outros, que esboçam a situação psíquica do sujeito na época atual. Dardot e Laval (2016) ainda

apresentam que, sob a perspectiva lacaniana, a influência do histórico na estrutura não deve ser algo incomum, pois, o sujeito da psicanálise é visto a partir dos discursos que fazem parte tanto da sociedade, quanto da história.

Berardi (2021) ainda aborda o inconsciente sob a perspectiva freudiana quando cita o *Innere Ausland* - a respeito da terra desconhecida ou estrangeira que temos em nós mesmos. De tal modo que é esse inconsciente que nos faz agir e ser o que somos. É diante dos aspectos históricos da sociedade que surge a relação entre o inconsciente e o simbólico. Para Zizek (2010) é a partir do simbólico que o Outro atua, ao falar a nossa interação não se limita aos outros, nossa fala se relaciona com a nossa aceitação a uma série de regras e diversas causas: seja a gramática, desde a possibilidade de conversação e compreensão das pessoas ao seu redor.

A área do simbólico funciona como um meio de comparação onde o indivíduo pode se medir e personificar o Outro, como figura única, de tal modo que Zizek (2010) alega que para a psicanálise lacaniana nunca há uma relação entre outro/outro sem a presença do Outro. Lacan apresenta que em uma palavra há a evidência de que “o desejo do homem encontra seu sentido no desejo do outro, não tanto porque o outro detenha as chaves do objeto desejado, mas porque seu primeiro objeto é ser reconhecido pelo outro” (LACAN, 1998, p. 269).

É nesse sentido que há a formação de um novo sujeito formado pelo discurso capitalista contemporâneo que se relaciona com as diretrizes do ambiente empresarial promovendo uma rede ao redor da vivência que é capaz de “produzir funcionamentos psíquicos de um novo tipo” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 322). A partir de tais mudanças, a formação do sujeito neoliberal é constituída sob o adjetivo de competitivo. A competitividade estabelecida na formação dos meios de produção na atualidade não implica em um fator externo, atua consoante a gestão da mente, de modo que para Dardot e Laval (2016) a organização e ordenação invadem o pensamento.

É desse modo que a subjetividade precária se relaciona com uma liberdade condicionada ao agir ininterrupto. A vigilância da produtividade não é mais realizada pela figura de um chefe ou inspetor, pois, ao perder o monopólio de uma única figura ela se condensa nas mais diferentes esferas da vida. Nesse sentido, Dardot e Laval (2016) demonstram que o discurso neoliberal fomenta a produção de sujeitos úteis e eficazes para o trabalho sob a lógica do princípio da utilidade. Sendo assim, a modelagem do sujeito empresarial implica em “governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra. Para isso, deve-se reconhecer nele a parte irreduzível do desejo que o constitui” (DARDOT; LAVAL, 2016, p 327).

Ao originar para as novas formas de produção um sujeito sob a lógica do gerenciamento a si mesmo, capaz de trabalhar para a empresa como se fosse para si, fomenta a efetividade de um discurso que promove a ausência do distanciamento entre o indivíduo e a empresa, além da inexistência do sentimento de alienação. Dardot e Laval (2016) incluem nessa narrativa que dimensiona esse cenário que o indivíduo passa a trabalhar em busca da eficácia sob a uma intensificação constante, como se agir desse modo fosse próprio da sua forma de existir. A partir de tais pressupostos, Dardot e Laval (2016, p. 327/328) também observam que “o desejo do sujeito é o desejo do Outro. Desde que o poder moderno se torne o Outro do sujeito. A construção das figuras tutelares do mercado, da empresa e do dinheiro tende exatamente a isso (...) mas com técnicas refinadas de motivação”.

Diante de tal conjectura é possível observar em Lacan que a satisfação do desejo no homem requer que ele seja declarado por meio de um “acordo da fala ou pela luta de prestígio, no simbólico ou no imaginário”. De modo que para a psicanálise o que está em cena é o aparecimento nesse sujeito “do pouco de realidade que esse desejo sustenta nele em relação aos conflitos simbólicos e às fixações imaginárias, como meio de harmonização destes, e nossa via é a experiência intersubjetiva em que esse desejo se faz reconhecer” (LACAN, 1998, p.281). O que se verifica é que o problema base reside na relação entre a fala e a linguagem.

O discurso que se relaciona com o trabalho na indústria 4.0 fomenta, então, a produção de sofrimento e mal-estar no sujeito. Os aspectos citados podem se relacionar com as trocas que ocorreram na sociedade capitalista, quais sejam: a substituição da família, pelos valores monetários; a troca da dignidade pelo livre comércio, pois, tais mudanças ocasionaram a visível exploração dos trabalhadores, consoante Dunker (2015). Diante da posição bipartida entre os acontecimentos anteriores e o presente, ainda segundo Dunker (2015) a análise pode ser vista como o encerramento do seguinte jogo de retórica “de onde fala quem afirma tal coisa? Da posição suspensa e anacrônica de quem viveu o antes ou da posição onipresente de juiz de uma história sem futuro?” (DUNKER, 2015, p. 186). Portanto, para não se alinhar ao discurso posto, é proferida a ideia da necessidade de constante reinvenção no trabalho, ou seja, evoluir e ser produtivo. É a partir dessas nuances que o termômetro da vida passa a ser gerado, “uma vida é boa se ela é essencialmente produtiva, agitada, dinâmica, ocupada. É isso que nos leva a sentir, de novo com esse adjetivo, “permanente”, que a vida social só existe em forma de abalos, tragédias, eventos” (DUNKER, 2015, p.186). Entretanto, é esse contexto que fomenta o diagnóstico de que nos fundamentamos na angústia e desamparo. O que pode ser analisado que:

O que Marx descobriu, retomando o diagnóstico de época hegeliano, é a homologia entre sintoma, mal-estar e sofrimento. Homologia entre a divisão social do trabalho e a divisão do sujeito. Homologia entre a alienação ideológica da consciência e a alienação do desejo na loucura. Homologia entre a perda da experiência de totalidade e a perda de gozo, também conhecida como castração. Homologia entre a forma individualizada do fetiche da mercadoria e a forma inconsciente de produção dos sintomas. Ou seja, são quatro homologias fundamentais que estão na raiz da modernidade e que constituem nossos processos de subjetivação. Por homologia deve-se entender que conceitos como divisão, alienação, trabalho-forma e objeto operam em regimes diferenciados de discurso, com causa semelhante do ponto de vista de sua eficácia teórico-descritiva. Não é preciso juntar nem separar os dois campos para advogar uma homologia entre eles. (DUNKER, 2015, p.187)

Diante das ambivalências existentes na sociedade e a sua composição para a formação do contemporâneo, alguns autores tentaram compreender e definir as circunstâncias que fomentam as dinâmicas atuais, alguns definem como pós-modernismo. Entretanto, no âmbito da clínica, esse debate chega apenas no início do século XXI e o resultado, para Dunker (2015) foi a caracterização do sintoma em diversas circunstâncias. A partir de tais indeterminações, o autor cita Bauman para iniciar o debate sobre liquidez das dinâmicas atuais com o intuito de promover uma relação entre o significante “líquido” e os diagnósticos DSM. Consequentemente, surge a seguinte afirmativa: “nossos diagnósticos tipo DSM são aqueles que interessam à razão securitária, à economia social de risco, aqueles que implicam a função do Estado” (DUNKER, 2015, p.189).

Contrário ao que ocorre nos diversos cenários, a liquidez parece não atingir o diagnóstico este, por sua vez, está em um estado sólido, “não se desmancha no ar e produz um tipo de convicção, de práticas de consumo, de autorização de modulação química de experiências subjetivas jamais vista” (DUNKER, 2015, p. 189). Nesse sentido, a liquidez se mantém até que questões normativas se apresentem, a exemplo dos processos administrativos de um colégio, da solidez do diagnóstico.

Então, o que aparece é a violência dos diagnósticos concentracionários. Chamo diagnósticos concentracionários essa forma de diagnóstico que esqueceu sua própria condição hermenêutica, que esqueceu sua própria história, que se constrange a seguir normas de uma redução administrativa da experiência de mal-estar ao sofrimento e do sofrimento ao sintoma. (DUNKER, 2015, p. 189)

A liquidez, ao ser relacionada com a subjetividade dos tempos atuais, pode ser exemplificada, de acordo com a compreensão de Huws (2022) sobre a mudança que ocorreu a partir dos anos 90 na perspectiva do trabalho e a sua relação com o ideal de emprego da sociedade. Nesse sentido, quando a autora aborda acerca do emprego desejado para a maioria

das pessoas, no geral é citado um modelo que se refere a uma minoria privilegiada e que segue os moldes de um trabalho estável, regular, com direitos e garantias bem definidos, ou seja, um trabalho sob a perspectiva da certeza. Entretanto, Huws (2022) apresenta que depois dos anos de 1990 se tornou impossível manter o ideal fomentado durante o período do bem estar social. A mudança dos preceitos econômicos internacionais, simbolizado pela queda do muro de Berlim, representa a formação de um exército de reserva global. O delineamento econômico que ultrapassa as fronteiras “criou uma força de trabalho dispersa, embora interdependente, organizadas em cadeias de valor globais, muitas vezes fora do âmbito da cidadania nacional e, portanto, excluída da cobertura de bem-estar e da proteção das leis trabalhistas.” (HUWS, 2022, p. 21)

Diante de tais aspectos, Santos (2001) também retrata sobre as mudanças que foram testemunhadas no final do século XX, onde o mundo, agora unificado, “impõe-se à maior parte da humanidade como uma globalização perversa” (SANTOS, 2001, p.37). A globalização, conforme Santos, implica em uma relação tirânica que envolve tanto o dinheiro, quanto a informação, pois, são capazes de legitimar a ideologia da época e “buscam conformar segundo um novo ethos as relações sociais e interpessoais, influenciando o caráter das pessoas” (SANTOS, 2001, p.37). Para tanto, ainda consoante o autor, a fonte das novas práticas totalitárias está relacionada com a competitividade que origina a violência estrutural nas ações das empresas, indivíduos e nos Estados.

O efeito produzido pela perversidade globalizada é a sensação de desamparo nas pessoas, “o que também constitui uma incitação a que adotem, em seus comportamentos ordinários, práticas que alguns decênios atrás eram moralmente condenadas” (SANTOS, p. 37, 2001). Ação essa que faz regredir a ideia da coletividade e da solidariedade, ampliando o individualismo, além de fomentar a diminuição das políticas públicas que são essenciais para a promoção da qualidade de vida da coletividade.

Ao mesmo tempo em que a globalização incide na economia e na forma de trabalho na sociedade tornando tudo global, é interessante pensar sobre o efeito que a reação global gera no sujeito quando o coloca em um contexto de unicidade global. Partindo dessa reflexão Natálio (2015) aborda a subjetividade sob o viés da repetitividade, pois, para a autora a globalização acentua os processos imitativos, onde, por meio da tecnologia a repetição-imitação ocorre de modo mais célere do que os processos do ciclo vital. Nesse sentido, ao pensar sobre o significado da subjetivação em telas do trabalho virtual, pode se perceber que “enquanto indivíduo, trata-se de uma vida investida na totalidade do ciclo de produção, reprodução e consumo de subjetividade até que a individualidade se torne

praticamente irreconhecível, diluída na generalidade de todas as vidas” (NATÁLIO, 2015, p. 55/56).

A partir da noção de generalidade e unicidade que é fomentada pela sociedade global/globalizada, o processo de produção da singularidade do sujeito se encontra em uma nítida polarização entre o discurso e a compreensão do que realmente seria considerado singular. A multidão global, portanto, apresenta para Virno (2002, p.44) “algum parentesco com o pensamento liberal, posto que valoriza a individualidade, mas, ao mesmo tempo, diferencia-se radicalmente porque a dita individualidade é o fruto final de uma individuação que provém do universal, do genérico, do pré-individual”. O reflexo desse dilema promove a crise da liberdade, onde, segundo Han (2018, p. 9) propõe que “acreditamos que não somos sujeitos submissos, mas projetos livres, que esboçam e se reinventam incessantemente, (...)”. O discurso que apresenta a aparente ideia de sujeito único, livre e singular na verdade é fruto dos preceitos do neoliberalismo que “na exploração da liberdade: tudo aquilo que pertence às práticas e formas de expressão de liberdade (como a emoção e a comunicação) é explorado” (HAN, 2018, p. 11).

Ainda consoante Han (2018), a vigilância digital é imperceptível e pode ser realizada sob diversas maneiras no digital. Sendo assim, ao registrar totalmente a sua vida e o seu trabalho na rede o sujeito se vincula a um processo que implica na contínua demonstração de desempenho. Por tanto, “a motivação, o projeto, a competição e a iniciativa são inerentes à técnica psicopolítica de dominação do regime neoliberal” (HAN, 2018, p. 31). De modo que a psique representa a força produtiva e a sociedade atual enfatiza a sua otimização.

Nesse sentido, ao observar que há elementos que, ao apontarem para a possibilidade de emergência de outras formas de controle do trabalho, eles apontam, também, para uma pedagogia do trabalho que está cada vez menos voltada à formação intelectual e cognitiva dos trabalhadores, mas fortemente vinculada à (de)formação afetiva emocional, considerando que aspectos cognitivos são, agora, mais facilmente controláveis. Na dimensão sócio-reprodutiva do capital, acreditamos que há indicações de mudanças significativas, sobretudo, no âmbito das estratégias de conformação à ordem vigente. Com a IoT a empresa, por meio do próprio produto, consegue, não só extrair e analisar dados, mas, também, prever e induzir ações humanas, em vista tanto de regular o processo produtivo, quanto de desenvolver e implementar estratégias de conformação social, minimizando e, por vezes até, anulando tensões e reações inconformistas. Ex.: a netflix (plataformas de streaming no geral) que têm como estratégia a extração e a análise de dados dos indivíduos, colocando-os em uma condição de vulnerabilidade para o consumo de seus próprios produtos e serviços que sequer é percebida (PESSOA, 2021, p.193).

Diante de tais aspectos, o percurso existente na sociedade contemporânea para a composição da subjetividade do trabalho no projeto da indústria 4.0 implica na figura de um

trabalhador que esteja inteiramente conectado aos mais diversos canais de acesso como profissional. Além disso, com uma produção que se associa diretamente com as novas formas de consumo, agora imateriais, nos mais diversos meios de venda da mercadoria. O conceito de produtividade e sua conexão com a experiência de compra “indica um indivíduo inofensivo ao capital, cujas condutas hiperemocionadas, pouco reflexivas e escassas de sentido humanizante, acompanham o movimento da imediatividade econômica flexível juntamente com seus valores, concepções de mundo e aspirações.” (PESSOA, 2021 p. 195). Diante de tais circunstâncias, a maneira de sentir, conhecer e vivenciar o mundo são interligadas aos algoritmos e a questões de ordem numérica que reverberam no comportamento, valor e pensamento dos sujeitos conectados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A influência tecnológica nos meios de comunicação possui relação direta com os modelos de trabalho atuais e representam a constante atualização em como as técnicas influenciam diretamente na composição da sociedade e no seu modo de agir. O discurso que fomenta a promoção da readaptação ao ambiente de trabalho sob a égide de “novas técnicas” sempre está impregnado de uma nuance benéfica e com ênfase na liberdade. Noção essa de liberdade que é sempre questionada diante das dinâmicas que são efetivadas. Afinal, para o trabalhador, o que é de fato ser livre?

Desse modo, a inserção do profissional no mercado de trabalho envolve uma série de características que modificam a maneira como os indivíduos se relacionam entre si e está diretamente vinculada com as dinâmicas tecnológicas. Natálio (2015) pode ser citada nesse ponto quando apresenta a imitação como uma característica do sujeito contemporâneo nas redes. Ao embasar a sua tese nos preceitos do sociólogo Gabriel de Tarde, Natálio demonstra como a rede social e a indústria 4.0 fomentam o processo de imitação e se alimentam dele, tal como uma mimese no processo de produção. A ideia de repetição, portanto, é importante para se pensar o trabalho contemporâneo, pois, se observa por meio de Huws (2017) que as novas dinâmicas trabalhistas vão além da relação fabril e promovem a formação do cibertariado, o que implica em uma relação direta com o trabalho por meio das plataformas digitais.

Ou seja, se o mundo passa a ser analisado por meio das redes e essa se vincula diretamente com a produção de trabalho na atualidade, algumas questões precisam ser observadas no que diz respeito a essas dinâmicas que estão presentes na sociedade. Quais sejam: as novas vivências do trabalhador, compreender como o trabalho da indústria 4.0 se relaciona com a subjetividade do empregado, caracterizar as novas formas de trabalho também se torna um fator importante e, além disso, entender como o trabalho na atualidade se relaciona com a precarização, com a flexibilização e com outras características que são usadas como adjetivos para o trabalho atual.

Nesse sentido, a pesquisa abordou os pontos sob uma perspectiva não de encerramento do debate, mas partindo do pressuposto de que ao se comentar sobre fatores que envolvem o setor histórico, econômico e social, não há como se chegar em um denominador objetivo. O

trabalho buscou apresentar como essas questões se relacionam com a contemporaneidade, porém, como já observou Galeano em seu livro *“As veias abertas da América Latina”*: “o desenvolvimento é um banquete de escassos convidados, embora seus resplendores enganem, e os pratos principais estão reservados às mandíbulas estrangeiras” (GALEANO, 2023, p. 327). Para tanto, as práticas de trabalho ditas globais carregam em seu cerne os aspectos de dominação e de precarização quando essas empresas transnacionais escolhem países considerados pobres para manter e exercer suas funções.

Quanto a esse quesito Huws (2017) apresenta na obra *“a formação do cibertariado”* a diferença da renda dos profissionais da tecnologia em alguns países, a notável discrepância dos valores salariais. A autora, por tanto, levanta o questionamento sobre como essa diferença implica na percepção dos trabalhadores, pois, mesmo um funcionário da Índia ganhando menos do que um funcionário americano, a desigualdade salarial não é capaz de fazer com que esses trabalhadores desistam do emprego. Então refletir sobre como as dinâmicas sociais e históricas de dominação promovem essas diferenças são cruciais para a compreensão de como as relações de dominação se estabelecem atualmente.

Além disso, consoante foi abordado no primeiro capítulo, apesar da visibilidade que o trabalho por meio de plataforma dos entregadores e motoristas possuem na sociedade, é importante considerar que essa é apenas uma exemplificação da imensa quantidade de meios de trabalho que o ambiente digital produz. Para tanto, foi constatado pela pesquisa de Huws (2022) que o trabalho exercido de modo isolado por smartphones e computadores portáteis, possuem um número maior de empregados atuando digitalmente, situação essa que contraria as expectativas por não ser um trabalho facilmente identificado. Tendo em vista tais considerações, é importante pensar também como o ato de estar vivenciando um trabalho que demanda a integralidade do tempo do ser humano a uma máquina portátil influencia o seu modo de pensar e agir.

É a partir de tais aspectos que o segundo capítulo apresentou como a precarização se faz presente no trabalho da indústria 4.0, seja iniciando o tópico com a análise de Han (2018) acerca do homem na rede e do efeito da multidão em sua individualidade. Além disso, a compreender a importância da coletividade e do trabalho em equipe por meio de Dejours (2015) e Sennett (2023), que apesar de possuírem alguns aspectos divergentes, compreendem a importância do convívio com outros trabalhadores para se ter uma identidade no trabalho. A partir da ideia de identidade no âmbito de trabalho é possível observar a relação desta temática com o texto de Huws (2017), quando se faz uma análise da facilidade que os entregadores e motoristas possuem para se mobilizar.

Nesse sentido, alguns aspectos do trabalho por entrega foi abordado a partir do livro de Cant (2021), observar a perspectiva de um sociólogo que trabalhou como entregador foi importante para compreender com detalhes a dinâmica estabelecida no grupo e como há uma mobilização para manter um contato entre si e estabelecer um vínculo quanto ao trabalho de entrega. Caracterização essa que não foi possível por meio dos trabalhadores virtuais que atuam em *home office*, no geral quando não existe a dinâmica de contato entre os participantes a interação é mais limitada e não há uma movimentação quanto a possibilidade de melhorias do trabalho.

A vulnerabilidade do trabalhador na indústria 4.0 pode ser visualizada não apenas pelas mudanças promovidas pelas novas formas de trabalho, mas também, quando se relaciona com a questão do empresariado de si mesmo. “Filosofia” essa que foi estabelecida com sucesso no ambiente corporativo que tem por essência aplicar os preceitos empresariais no gerenciamento da vida do trabalhador. O resultado é gerar a objetificação do sujeito e torná-lo um produto que deve garantir o sucesso da empreitada - ou seja, transformar o indivíduo em uma extensão do trabalho.

Diante dessa dinâmica alguns pontos quanto a questão do tempo que passa a ser reinvestido exclusivamente para a produtividade ou quanto a relação da pessoa com a máquina - agora seu meio de trabalho interativo. Tais perspectivas fogem dos preceitos do trabalho taylorista e é um movimento que não há possibilidade de retorno às condições de trabalho anteriores, o trabalho virtual precisa ser repensado e estruturado de forma a garantir à grande gama de trabalhadores meios adequados de sobrevivência com dignidade.

Os pontos apresentados, além da questão da imaterialidade dos produtos de consumo na atualidade, servem como ponto de partida para compreender a subjetividade do trabalhador na indústria 4.0. A partir desses questionamentos, o terceiro capítulo serviu para analisar os impactos da precarização na vida do trabalhador 4.0. Observar o sujeito imerso no seu trabalho, a relação com o tempo, a questão do empresariado de si mesmo, são algumas questões que refletem na precarização.

Portanto, foi pensando a partir do plano da psicanálise que a fundamentação teórica foi tomando forma, além de vislumbrar uma relação com o referencial teórico já abordado na obra. Dentre tais pontos, pensar sobre as considerações finais da monografia se relaciona com o pensar sobre como o modo de produção se realiza na atualidade.

Qual a movimentação é possível para se estabelecer um limite entre o capital das empresas transnacionais e o trabalhador virtual? Como pensar na questão psíquica do

trabalhador diante da incerteza e flexibilidade do trabalho? O desamparo e a angústia se fazem presente, mas como encontrar algum limite diante dessas circunstâncias?

A Huws apresenta que:

Em geral, pode-se afirmar que está crescendo rapidamente o número de tarefas que envolvem qualificações genéricas padronizadas relacionadas à informática, seja isso medido em termos do número de pessoas que tem empregos que demandam exclusivamente essas qualificações, ou em termos de proporção de tempo que é gasto com essas tarefas por trabalhadores cujos empregos demandam outras qualificações (ou, de fato, ambas). (HUWS, 2017, p. 223)

A generalidade das demandas empregatícias representam, também, uma busca por qualificações genéricas e, apesar de aparentar facilidade na entrada no mercado de trabalho, quando se pensa em um exército de mão de obra global, a facilidade para dispensar o trabalhador também representa um risco real. As tecnologias da informação representam a comprovação da inexistência de fronteiras para o mercado de consumo e de trabalho na atualidade. As mudanças sociais representam um modo de viver que até pouco tempo atrás não era possível vislumbrar.

As interfaces produzem um novo olhar ao usuário, a gamificação vai além das horas onde o jovem passava sua vida imerso em um jogo, o treinamento da sua infância/adolescência agora cede às necessidades trabalhistas. As horas de clicks, o isolamento, a necessidade de “zerar o jogo”, bater metas, todas as dinâmicas produzidas nos jogos agora podem ser observada cada vez mais nos trabalhos digitais. Entretanto, mesmo diante de uma condução gamificada da vida com aparente roupagem de liberdade e diversão, há a necessidade de se pensar sobre como todas essas questões produzem uma vida precária.

Logo, tendo em vista a importância da escuta para a compreensão das práticas de trabalho, “os conceitos da psicodinâmica do trabalho são necessários ao clínico para instrumentalizar sua escuta e aumentar a sensibilidade à fala do paciente quando esse contar a sua experiência do trabalho vivo” (DEJOURS, 2017, p. 8/9). Nesse sentido, no que diz respeito a prática clínica o percurso se realiza por meio da escuta no processo psicanalítico. No que diz respeito ao aspecto da coletividade Huws (2022) apresenta que a organização dos trabalhadores se faz necessária ao pensar na possibilidade das potências envolvidas nessa forma de trabalho. Entretanto é importante lembrar que, ainda consoante a autora, há forças contrárias a essa mobilização e que inibem o crescimento e desenvolvimento delas, a exemplo do racismo. Sendo assim:

Um fator que indubitavelmente influenciará a propensão dos trabalhadores para se organizar e lutar será a extensão em que isso possivelmente responderá a seus próprios interesses econômicos. Se o trabalho de escritório de baixo nível é percebido como o primeiro degrau de uma escada que se pode subir de maneira bem-sucedida mantendo-se ao lado dos patrões, então o trabalho duro, manter-se longe de problemas e a delação oferecerão o melhor caminho para avançar. Se por um lado, nenhuma perspectiva de promoção parecer provável - por exemplo, porque os cargos mais altos estão localizados em outro lugar, do outro lado do mundo, ou porque apenas homens, pessoas brancas ou de uma certa nacionalidade ou casta são

promovidos -, então a melhor maneira de melhorar a própria renda pode parecer estar em estabelecer uma pauta comum com outros colegas trabalhadores. Mais uma vez, é possível ver que o gênero e a raça desempenham um papel crucial na determinação das identidades de classe. (HUWS, 2022, p. 239)

As indeterminações sobre o futuro da Indústria 4.0 e os seus efeitos da sociedade fomentam questões a respeito sobre como encontrar meios adequados para garantir a dignidade dos trabalhadores. Perceber que as vivências 4.0 representam mudanças no trabalho e no consumo da sociedade atual é um ponto de partida para compreender que não há como frear o aspecto digital, mas é necessário agir diante as conjunturas que até então são incertas com o intuito de garantir que as dinâmicas que implicam na vulnerabilidade do trabalhador sejam compreendidas e repensadas no âmbito do virtual-global.

Querido leitor

(...)

O mundo engloba o meu passo, globaliza o meu passo, recupera o meu passo, legitima o meu passo, torna-o mais um passo entre outros. O mundo faz o meu passo proliferar, as minhas pernas andam-se. Então, limito-me a ser o mínimo do ser: *aliquid*.

(...)

Pois bem. Queria apenas dizer, antes de entramos em capítulos mais longos e epidérmicos sobre os efeitos de superfície do corpo-mundo, que eu aprendi a dançar antes de pensar. Isto é uma referência a Beckett mas talvez não seja uma referência a Beckett porque eu nunca li Samuel Beckett a sério, apesar de ter talentos na área do *rond de jambe* e do *grand jeté* e saber soletrar PLANO DE CONSISTÊNCIA enquanto corro de um lado ao outro de uma sala redonda e sem arestas. Também queria dizer que, desde 1993, pelo que me lembro, aprendi a pensar e a dançar sobre os destroços de outras vozes, tendo como referência máxima a voz revolucionária e desconstrutiva de certos “mestres” dos anos 70.

Em 1993, aconteceram coisas muito curiosas. Assim como as guerras mundiais e muitos outros eventos regionais que ganharam o cunho de mundial antes de ser hora de assumir que o mundo é apenas uma praça, 1993 foi o ano de ver que este nosso mundo é apenas uma praça. Para além do hipermercado, do aeroporto, do posto de gasolina, do estacionamento, ganhamos também a rede mundial, a transformação de todos os sinais analógicos em sinal digital, ganhamos o sinal da multiplicação incessante, da estética viral e, ao multiplicar, ocupámos todos os limites e todos os foras, todos os espaços, todos os interstícios. 1993 inaugura o rizoma multiplicador. Entrámos na subjetividade digital que, apesar de vir de “dedo” (*digitum*), tem muito pouco do meu dedo na história.

Gostaria portanto que lesse este texto como se fosse você que o tivesse escrito. (NATÁLIO, p.11/12, 2015)

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ANTUNES, R. **Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BERARDI, F. **Depois do futuro**. Tradução de Regina Silva. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

BUTLER, J. **Vida Precária**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

CANT, C.. **Delivery Fight! A luta contra os patrões sem rosto**. 2021.

CASTRO, F. G. **A subjetividade sem valor: trabalho e formas subjetivas no tempo histórico capitalista**. Curitiba. 2020.

CRARY, J. **24/7 – Capitalismo tardio e os fins do sono**. Tradução: Joaquim Toledo Jr. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de Psicopatologia do Trabalho** (6a ed.). São Paulo: Cortez. 2015.

_____. **Psicodinâmica do Trabalho: casos clínicos**. Porto Alegre/São Paulo: Dublinense. 2017.

DUNKER, C. I. L. **Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros**. São Paulo: Boitempo. 2015.

FAUSTINO, D.; LIPPOLD, W. **Colonialismo Digital: por uma crítica hacker- fanoniana**. Prefácio de Sérgio Amadeu. São Paulo: Boitempo Editorial, 2023.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. **Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo**. *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.

FREUD, S. **O Mal-estar na Civilização**. In: FREUD, S. *O Mal-estar na civilização, Novas conferências introdutórias e outros textos (1923-1925)*. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1930/2010.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. L&PM. 2023.

GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. São Paulo: Idéias e Letras, 2007.

GIBSON, William. **Neuromancer**. 5ª edição. São Paulo: Editora Aleph, 2016.

GONSALES, Marco. **Indústria 4.0: empresas, plataformas, consentimento e resistência**. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 125.

GRAHAM, Mark; ANWAR, Amir M. **Trabalho digital**. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 47-58.

GROHMANN, Rafael. **Plataformização do trabalho: características e alternativas**. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 93-110.

HAN, Byung-Chul. **No enxame: perspectivas do digital**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

_____. **Psicopolítica. o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Tradução de Maurício Liesen. Belo Horizonte: Editora Ayiné, 2018.

_____. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015

HUWS, U. *A formação do cibertariado: trabalho virtual em um mundo real*. Tradução de Murillo van der Laan. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017.

_____. **Reinventando o Estado de bem-estar: plataformas digitais e políticas públicas**. Campinas: Unicamp, 2022.

JORGE, M. F. **Desempenho tarja preta: medicalização da vida e espírito empresarial na sociedade contemporânea**. Dissertação: Mestrado em Comunicação. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social. 2014.

LACAN, J. [1960/64]. **Posição do inconsciente**. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1998.

LAZZARATO; NEGRI. **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade!**. Tradução de Mônica Jesus. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. Disponível em: <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2017/03/lazzarato-e-negri-trabalho-imaterial.pdf>

MOROZOV, E. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

NATÁLIO, R. **Papagaios ao Espelho**. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2015. (org.). *Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 125.

PÊSSOA, K. O.C. **Trabalho e Educação: a formação da subjetividade na Indústria 4.0**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiânia. 2021.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Tradução Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 2023.

SUPIOT, A. **Homo-juridicus: ensaio sobre a função antropológica do direito**. Tradução: Joana Chaves. - Lisboa : Instituto Piaget, cop. 2005.

VIRNO, P. **Gramática da Multidão**. 2014. Disponível em:
https://vocabpol.cristinaribas.org/wp-content/uploads/2014/04/Virno_Gramatica.pdf

WOODCOCK, Jamie. **O panóptico algorítmico da Deliveroo: mensuração, precariedade e a ilusão do controle**. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0* São Paulo: Boitempo, 2020.

ZIZEK, S. **Como ler Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar. 2010.

ZUBOFF, S. **A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder**. Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.